

Debate Sindical

Nº 7 - Março de 1.990 - NCZ\$ 130,00

O novo governo e os desafios do sindicalismo



Conheça as ideias nefastas do
sindicalismo de resutados" P
A importância do
do da CSC na C
Pg. 11

INDICE

3	Apresentação	EXPEDIENTE A revista Debate Sindical é uma publicação do Centro de Estudos Sindicais (CES). Sede: Rua Major Quedinho, 300, sala 15, Bela Vista, São Paulo, SP. Fone: (011) 37-7300, CEP: 01050. CGC nº 54.609.953/0001-80. Colaboram nessa edição: Ronald Freitas Nivaldo Santana Altamiro Borges Antonio Martins Umberto Martins Roseli Fígaro Maria José Rocha Lima Miguel Lucena Dennis de Oliveira Juarez Tadeu José Carlos Ruy Revisão: Maria Aparecida Bessana Diagramação: José Luis Munuera Reyes Capa: Bernardo Joffily Ilustrações e fotos: Arquivos de jornais e revistas e agência Fóton Composição, past-up e fotolitos: Editora Jornalística AFA. Rua Maria José, 334, Bela Vista, São Paulo, fones: 36-8462 e 34-8456 Impressão e acabamento: Companhia Editora Joruês. Fone: 815-5990 Tiragem da edição: 4.000 exemplares Jornalista responsável: Altamir Borges (registro no MTb nº 12.386.43.57-SP) Observação: Os artigos assinados não refletem obrigatoriamente o ponto de vista da diretoria do CES.
4	Novo governo X movimento sindical	
11	A unificação orgânica CSC-CUT	
13	Os planos econômicos de Collor	
17	As idéias de Magri e Medeiros	
21	Ação unitária na educação	
24	A TV e os trabalhadores	
29	A trajetória dos comunistas	
38	Como organizar o assalariado rural?	
41	CES apresenta balanço de 89	
42	Cartas	

DIRETORIA DO CENTRO DE ESTUDOS SINDICAIS

Presidente: Altamiro Borges
Secretário-geral: Magnus Farkatt
Tesoureiro: Antonio Soares
Diretora de Imprensa: Roseli Figaro
Diretor de Formação Sindical: Lejeune Matogrosso de Carvalho

SUPLENTE:

Bernardo Joffily

Juarez Tadeu de Paula Xavier

Marcelo Cláudio César Cardia

CONSELHO CONSULTIVO:

* **José Carlos Schulte** - presidente da Federação dos Comerciantes do Rio Grande do Sul.

* **José Altamiro de Oliveira Paim (Zecão)** - presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Caxias do Sul (RS).

* **Sérgio Barroso** - diretor da Federação Nacional dos Médicos e secretário-geral da Corrente Sindical Classista.

* **Nivaldo Santana** - presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Sabesp/Cetesb (SP)

* **Enéas Silva dos Santos** - secretário-geral do Sindicato dos Metalúrgicos de Pindamonhangaba (SP)

* **Augusto César Petta** - presidente do Sindicato dos Professores de Campinas e secretário-geral da Federação dos Professores do Estado de S. Paulo.

* **Serafim Gianocar** - presidente do Sindicato dos Securitários de São Paulo.

* **Elio Antonio Candido** - presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Ribeirão Preto, Sertãozinho e região (SP)

* **Elio Neves** - presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araraquara

* **Renato Artur do Nascimento** - secretário-geral do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro

* **José Ferreira** - presidente do Sindicato dos Professores de Niterói e São Gonçalo (RJ)

* **Joaquim Antonio** - presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caxias (RJ)

* **Edmundo Costa Vieira** - presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Betim e Igarapé (MG)

* **Wellington Teixeira Gomes** - presidente da Federação Interestadual dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (FITEE)

* **Roberto Assis Ferreira** - presidente do Sindicato dos Médicos do Estado de Minas Gerais.

* **José Marcius de Carvalho Vale** - presidente do Sindicato dos Engenheiros do Estado de Minas Gerais.

* **Divino Goulart da Silva** - presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás (Fetaeg).

* **Antonio Renildo Santana Souza** - diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de Salvador (BA)

* **José Alvaro Fonseca Gomes** - presidente do Sindicato dos Bancários da Bahia

* **Maria José Rocha Lima** - presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Bahia.

* **Wilson Martins Furtado** - secretário-geral da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Bahia.

* **Maria Alba Correia** - vice-presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação

* **Luiz Carlos Andrade Moraes** - secretário regional Nordeste da Federação Nacional dos Urbanitários.

* **Júlio César Rêgo Guterres** - presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Luis (MA)

* **Raimundo Moacir Martins** - presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil de Belém e Ananindeua (PA)

* **Ronald Freitas** - jornalista e diretor do Instituto de Cultura Operária (ICOP)

* **Geraldo Santana Pimenta** - médico do trabalho do Sindicato dos Metalúrgicos de Betim e Igarapé (MG)

* **Anibal Fernandes** - advogado, assessor jurídico do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo



Companheiro sindicalista

1990 promete ser um ano bastante agitado na frente sindical. O principal indicador dessa tendência são as próprias declarações de Collor de Mello e de sua equipe de governo. Afinal, o presidente eleito não esconde seu projeto de privatizar as empresas estatais, de demitir milhares de servidores, de reduzir o consumo interno e os investimentos públicos, etc.

Nos bastidores da equipe Collor já é dada como certa a aplicação de medidas recessivas como remédio para combater a inflação. E a recessão sempre significou aumento do desemprego e maior arrocho salarial. Além disso, Collor insiste em afirmar que não tocará nos problemas estruturais responsáveis pela grave crise brasileira — como a dívida externa.

É evidente que os trabalhadores não aceitarão passivamente a imposição de um plano econômico recessivo e antinacional. Por mais que Collor se utilize da demagogia e da mídia, ele não conseguirá iludir a todos por todo o tempo. E aí é que salta a vista o papel de destaque do movimento sindical, que registrou expressivos

avanços no período recente, e que deverá se colocar na dianteira das lutas dos trabalhadores.

Para enfrentar a ofensiva patronal do novo governo, também chamada de ofensiva “neo-liberal”, o sindicalismo terá que impulsionar as lutas e aumentar sua unidade de ação. Nesse sentido, o II Congresso da Corrente Sindical Classista, que deve aprovar o ingresso da CSC na CUT, representará um grande reforço à ação combativa e unitária dos trabalhadores.

É nesse contexto, de aguçamento da luta de classes, que aparece a sétima edição da revista Debate Sindical. Nela procuramos analisar o novo quadro político, decorrente da eleição presidencial do ano passado, as perspectivas do governo Collor e os desafios do movimento sindical. Também apontamos a importância do fortalecimento da corrente classista no sindicalismo brasileiro. Além disso, a Debate Sindical apresenta outros artigos que, acreditamos, são de grande interesse dos dirigentes sindicais comprometidos com os anseios de sua classe.

Qual a posição do movimento sindical diante do novo governo

Ronald Freitas *

Com a posse do presidente da República, Collor de Mello, inicia-se uma nova fase na vida nacional. Em que condições políticas e econômicas ocorre essa mudança? No que a sucessão presidencial do ano passado interfere no quadro atual? Qual deverá ser a orientação do novo governo diante da grave crise do país? Como deverá se comportar o movimento sindical? Estas são algumas das perguntas que o artigo abaixo procura responder.

O fim dos anos oitenta e o início dos anos noventa são palcos de expressivos acontecimentos na arena internacional e nacional, com fortes indicadores da situação grave em que vivemos, seja do ponto de vista econômico, político ou social.

O capitalismo vive em profunda crise econômica, que arrasta há longo tempo e não mostra sinais de superação. Em 1987, o relatório de setembro/outubro do FMI afirmava: "No balanço geral da economia mundial, em 1986 e no primeiro semestre de 1987 observou-se a desaceleração do crescimento econômico dos países industrializados, a redução dos preços dos produtos primários, o aumento dos desequilíbrios externos".

Nas três últimas décadas, vem caindo a produção industrial nos principais países capitalistas. Nos Estados Unidos, na década de 1957/67 o índice de crescimento industrial foi de 54,5%; na década de 67/77, de 37,1%; e na década de 77/87 foi de 31,2%. Na Alemanha Ocidental, os índices revelam que o crescimento da década de 57/67 foi de 52%; caindo para 46,6% na década de 67/77 e para 17% no período de 77/87. O mesmo fenômeno ocorreu no Japão: na década de 57/67, índice de 148,7%; 67/77, índice de 91,5%; e no período de 77/87, crescimento de 46,4%. Isso

revela uma desaceleração do ritmo de crescimento industrial, enquanto aumenta a importância dos setores de serviços.

Quadro mundial explosivo, cheio de contradições insolúveis no capitalismo

Ao lado dessa crise econômica, a crise financeira se manifesta com força. Os Estados Unidos são detentores de vultosa dívida externa, que soma 700 bilhões de dólares. O uso do dólar como moeda padrão internacional, não lastreada em ouro, funciona como fator de financiamento do déficit americano, levando países como o Japão e a Alemanha a manterem enormes reservas financeiras em dólares para segurar o valor dessa moeda.

A dívida externa dos países dependentes, como Brasil, Argentina, México e outros, soma a estrondosa quantia de mais de um trilhão e cem bilhões de dólares e é outro elemento da crise. Transforma grande contingente de

* Jornalista e membro do Conselho Consultivo do Centro de Estudos Sindicais (CES)

nações em devedoras inadimplentes que, forçadas pelos poderosos credores, também vivem com suas economias estancadas, em recessão, com inflação gigantesca e profunda crise econômica e social.

As consequências dessa situação caracterizam-se pela marginalização crescente dos países dependentes dos bens e progressos alcançados pela humanidade. O crescimento assombroso do desemprego e a morte por subnutrição de uma criança por minuto na África e em outras regiões são alguns dos sintomas desse caos econômico. Mesmo nos Estados Unidos, considerado a maior potência econômica do mundo, "exemplo dos êxitos do capitalismo", "pelo menos 20 milhões de norte-americanos estão passando fome" e "8 milhões e duzentos mil operários recebem salários abaixo do chamado nível de pobreza" - segundo pesquisas da Universidade de Harvard.

Os indicadores mostram que a crise se manifesta de forma cada vez mais aguda e que não é possível escondê-la com discursos e acordos solenes sobre a "era da paz e da cooperação entre os povos". Prova disso, somente a título de exemplo, são os acontecimentos no Leste Europeu, a reunião entre Bush e Gorbachev na Ilha de Malta em dezembro de 89, a invasão do Panamá, a ameaça de guerra civil na URSS como fruto das disputas nacionais, o golpe de estado na Romênia, etc.

A situação mundial é explosiva, cheia de contradições insolúveis nos marcos do capitalismo, e onde as massas operárias e populares e as nações oprimidas resistem e buscam, através dos mais variados meios, lutar para sair da crise.

A grave crise brasileira se manifesta de maneira multilateral

No Brasil a situação se apresenta resguardando-se nossas particularidades, como parte dessa crise mais geral que abala o sistema. Ela se manifesta de forma multilateral na política, na economia, nas finanças e nas condições precárias de vida do povo.

Agrava-se rapidamente a situação econômica. A inflação de mais de 60% ao mês provoca perdas salariais de até 2% ao dia. Em 89 a inflação atingiu o recorde histórico de 1.782%. A dívida externa suga mensalmente mais de um bilhão de dólares com o pagamento de juros e serviços. Em que pesem uma certa manutenção do nível de empregos, a indexação dos salários e a existência do superávit na balança comercial,

a ciranda financeira, os juros astronômicos, a especulação no over e em outros ativos criam uma situação de descontrole inflacionário. Este descontrole corroe o valor do salário, transformando-o em pó.

A dívida interna, que corresponde a cerca de 20% do PIB, tem um caráter marcadamente financeiro, crescendo em função dos altos juros pagos pelo governo para "rolar" a própria dívida. O dinheiro não é usado para realizar investimentos públicos, que se encontram paralisados - penalizando a população.

A situação social é dramática e o país vai se degradando em todos os setores. Se de um lado a burguesia se jacta do Brasil ser a oitava economia do mundo - o que significa a existência de burgueses muito ricos em nossa terra -, no outro extremo temos um dos países mais pobres do planeta no que diz respeito ao bem-estar do seu povo.

1% mais rico se apropria praticamente da mesma renda dos 50% mais pobres

O salário mínimo equivale a aproximadamente 50 dólares, um dos menores do mundo. O seu valor atual em cruzados novos corresponde a menos de 40% do valor em 1940. A taxa de analfabetismo é de cerca de 25% da população e entre os trabalhadores rurais ela atinge 41% das pessoas maiores de 14 anos.

Segundo o Instituto Nacional de Alimentação, duas crianças morrem a cada cinco minutos por desnutrição. Mais de 4 milhões de crianças vivem abandonadas. A Fundação Osvaldo Cruz calcula que 97% dos brasileiros têm cáries dentárias. O déficit habitacional é da ordem de 12 milhões de residências, o que

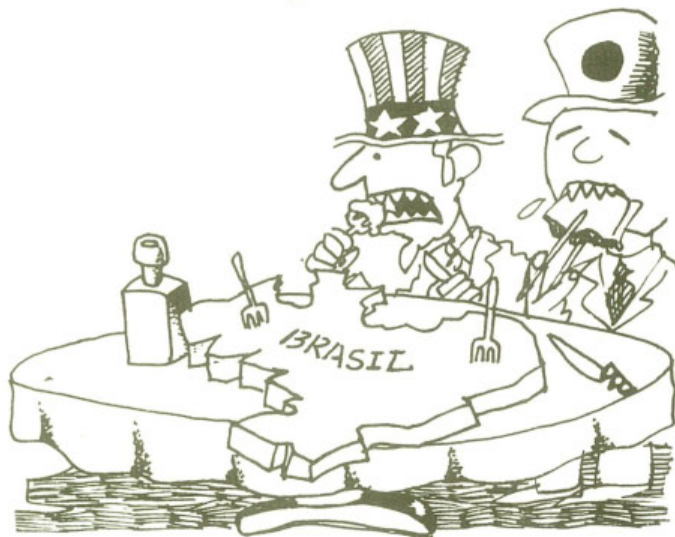
Milhões de crianças abandonadas e marginalizadas pelo sistema capitalista



explica o aumento das favelas e cortiços.

A distribuição da renda nacional é profundamente desigual. Um punhado de ricos vive nababescamente às custas da miséria e da vida difícil de dezenas de milhões de trabalhadores. Mais de um terço das famílias brasileiras se encontra em situação de pobreza absoluta, sendo que 15% vivem na miséria. Aproximadamente 30% da força de trabalho ganha menos de um salário mínimo. Os 50% mais pobres da população têm acesso a cerca de 13,6% da renda nacional, enquanto o 1% mais rico se apropria praticamente da mesma fatia.

Regionalmente os índices são ainda mais alarmantes. Segundo estudos de Paulo Furtado de Castro, do Inesc, "o Nordeste, por exemplo, tem mais de 48% da pobreza total do país e quase 70% da miséria rural brasileira". Tudo isso mostra uma situação de grande penúria das massas e as condições de superexploração a que são submetidas pela grande burguesia industrial e agrária, nacional e estrangeiras.



**As instituições políticas
e jurídicas do país são
entraves para o progresso**

Essa grave situação econômico-financeira do país entrelaça-se com a permanente crise política que a nação vive. Esta não é apenas de caráter conjuntural, mas sim de natureza institucional e estrutural. As instituições político-jurídicas do Brasil, criadas no fim do século passado - quando era incipiente o crescimento econômico e o capitalismo ensaiava seus primeiros passos - estão superadas e são um entrave ao nosso desenvolvimento político e social.

Apesar das modificações introduzidas pelo

movimento de 30, que abalou o poder da oligarquia agrária tradicional e propiciou certas condições para o surto industrial e a modernização agropecuária do país, permaneceu uma estrutura de governo autoritária e centralizadora.

O Executivo, presidencialista, enfeita em sua mãos enormes poderes, através dos quais controla o Legislativo e o Judiciário. Mesmo com a Constituição promulgada em 88, que procurou limitar um pouco esses poderes, não houve mudanças essenciais no Estado. Isto na medida em que o Executivo continua dispondo de mecanismos legais que permitem legislar por decreto.

Já o Legislativo é elitista, não representa o conjunto da nação. Quase não existe presença de representantes operários e não há nenhum parlamentar de origem camponesa. A eleição parlamentar é uma disputa milionária, onde os representantes dos grandes grupos monopolistas predominam.

Quanto ao Judiciário, ele segue o modelo cartorial da época da corte portuguesa. Os juizes são indicados pelo Executivo e não têm real independência política para atuar. O Judiciário é um poder distante do povo e sua máquina encontra-se emperrada - num verdadeiro calvário para qualquer cidadão comum que necessite de seus serviços.

**Dependência externa e
estrutura agrária: causas
estruturais da crise**

A causa principal dessa crise multilateral que se abate sobre o país é de natureza estrutural. Reside na dependência da nação ao capital estrangeiro, que atualmente se materializa na astronômica e impagável dívida externa de mais de 110 bilhões de dólares. A dívida suga nossas riquezas, gera estagnação econômica, arrocho salarial e provoca inflação.

Reside também na estrutura agrária do país, que embora modernizada do ponto de vista capitalista (produz mais de 70 milhões de toneladas de grãos ao ano), é altamente monopolizada. 1% dos proprietários rurais detém metade da superfície agrícola do país, sendo que sua produção está voltada fundamentalmente para o mercado externo com o fito de conseguir divisas para pagar a dívida externa. Enquanto isso, milhões de trabalhadores não têm um palmo de terra para plantar e vivem na miséria.

Esses fatores, a dependência externa e a estrutura agrária, são os dois elementos-chave

para entender as causas profundas da grave crise do país. A superação desses problemas exige mudanças de fundo em nossa sociedade. Exige o não pagamento da dívida externa e a realização de uma reforma agrária antilatifundiária, como passos iniciais.

A sucessão presidencial mostrou um Brasil dividido e polarizado

É nesse quadro que se deu a eleição presidencial no final de 89 - sem dúvida uma das mais significativas batalhas políticas dos últimos tempos. Após quase 30 anos sem poder escolher o presidente da República, o povo se manifestou de forma intensa nessa disputa. O resultado da eleição mostrou uma importante renovação no cenário político do país. A disputa no segundo turno ocorreu entre dois políticos novos, que não pertenciam aos partidos tradicionais e que se apresentaram em oposição à situação vigente, cada um com suas posições. Decretando a falência das velhas elites, o pleito evidenciou a existência de um eleitorado ansioso por modificar os rumos do país, em busca de soluções avançadas para o seu destino.

Confrontaram-se, de um lado, as forças populares e progressistas, organizadas em torno da Frente Brasil Popular e da candidatura Lula, com um consistente programa de cunho nacional, popular e democrático. Pela primeira vez na história, as esquerdas (PT, PCdoB e PSB) se apresentaram unidas, conseguindo 31 milhões de votos e mostrando condições para se tornar uma alternativa política para as massas. Do outro, as forças do continuísmo, do entreguismo e da reação se aglutinaram em torno da candidatura Collor de Mello. Usando da demagogia, dos gastos faraônicos e da profunda manipulação da opinião pública principalmente através do rádio e da TV, essa candidatura venceu — mas por pequena margem de votos.

Movimento popular saiu fortalecido da batalha eleitoral de 1989

O movimento popular e progressista saiu fortalecido da batalha e deu um grande impulso no nível de consciência, luta e organização dos trabalhadores. A vitória da

FBP no primeiro turno teve um alcance político que precisa ser melhor analisado e compreendido. Numa disputa que envolveu mais de 20 candidatos, dentre os quais estavam nomes de grande prestígio e outros que contavam com poderosas máquinas de apoio, a vitória de Lula mostrou a existência no país de uma base política concreta para o avanço das lutas populares em busca de saídas avançadas e radicais para os graves problemas nacionais.

A união dos partidos de esquerda, principalmente das duas organizações consideradas as mais radicais da sociedade (PT e PCdoB), não assustou o eleitorado. Pelo contrário. Correspondeu aos anseios e expectativas das nossas exploradas e oprimidas do país. Já a constituição do Movimento Lula Presidente, no segundo turno, com a ampliação substancial dos apoios à candidatura, também é outro fator que mostra que objetivamente as condições do país mudaram, diminuindo os espaços para os políticos vacilantes e centristas. O resultado da disputa eleitoral mostrou um país polarizado, dividido entre as forças progressistas e conservadoras.

O próprio desempenho da candidatura Lula no segundo turno indicou que era possível a vitória das forças de esquerda. A FBP passou dos 11 milhões de votos no primeiro turno para mais de 31 milhões de votos no segundo turno. Quase triplicou sua votação, enquanto Collor não conseguiu duplicar os seus votos. Esse crescimento ocorreu devido à ampliação das alianças, à intensa campanha, ao engajamento da militância e às dimensões de grande movimento de massas que a disputa assumiu — tudo tendo como pano de fundo o programa avançado da FBP que respondeu às aspirações do povo.

A derrota eleitoral se deu em função de vários fatores. Mas o centro da questão está na subestimação da batalha travada, do seu significado e de suas implicações. O Brasil é um país de grande importância no cenário mundial. Ele é possuidor de um vasto território, rico em reservas minerais e florestais, tem uma agricultura relativamente moderna e produtiva e uma indústria de porte

A campanha presidencial atraiu milhões de pessoas, a exemplo do comício final da FBP no Rio de Janeiro



médio. Atualmente detêm o título de oitava economia no mundo. Exatamente por isso, a vitória de uma candidatura nitidamente de esquerda criaria uma situação de consequências imprevisíveis a nível interno e externo.

A burguesia se uniu para impedir a vitória do candidato da esquerda

Em decorrência disso, a burguesia jogou pesado na disputa, que se deu em condições desiguais. Se no primeiro turno as classes dominantes apresentaram-se divididas, e foram pegas de surpresa com a vitória de Lula, no segundo elas se unificaram e apelaram, planejadamente, para todos os recursos, com o objetivo de desmoralizar o candidato da FBP, aterrorizar o eleitorado e ganhar o pleito.

As eleições não foram democráticas e limpas como afirmam alguns pretensos analistas políticos. Elas foram manipuladas em todos os níveis. A legislação eleitoral, por exemplo, privilegiou os candidatos das elites, principalmente com a desigualdade de tempo na propaganda gratuita de rádio e TV. Alguns Tribunais Regionais Eleitorais fizeram de tudo para prejudicar a candidatura da FBP, inclusive cerceando e tutelando sua propaganda. Os candidatos das classes dominantes usaram e abusaram dos faraônicos recursos financeiros, que foram utilizados sem o controle previsto na lei. Os meios de comunicação de massa foram poderosos instrumentos de manipulação da opinião pública.

Na reta final da campanha no segundo turno, quando a vitória sorria para a candidatura Lula, a burguesia desencadeou uma violenta campanha de difamação pessoal, realizou várias provocações políticas e apelou para o terrorismo ideológico - como a boataria de que Lula iria tomar bens de uso pessoal da população caso fosse vitorioso na sucessão.

A experiência do pleito indica os limites da disputa no regime burguês

Além disso, a campanha da FBP também cometeu seus erros. A diluição de pontos políticos básicos do programa, como na questão da dívida externa, a existência de um certo clima de "já ganhou" e o crescimento de



Comício de Lula na porta da Fiat de Betim (MG)

atitudes exclusivistas no interior da frente contribuíram para desarmar os espíritos na fase decisiva da batalha. Esses e outros equívocos não permitiram uma apreciação mais objetiva da dimensão da luta, de sua importância e de seus obstáculos.

A rica experiência da eleição presidencial encerra muitas lições. Nela ficaram mais evidentes as possibilidades e os limites da disputa eleitoral num regime burguês. A eleição é uma trincheira de luta, que massifica a discussão política e demarca os campos. As organizações partidárias se apresentam ao povo, que deve avaliar a seriedade, a consistência e a coerência de seus programas e ações. Tudo isso ajuda a elevar o nível de consciência e de organização das massas.

Mas, por outro lado, as disputas eleitorais burguesas são instrumentos desta classe para manter e consolidar seu poder. Elas fazem parte da superestrutura político-ideológica do capitalismo e, por isso, são um terreno onde a luta é desigual, onde o que existe é a democracia dos ricos. As eleições são uma escola de aprendizado político e de acumulação de forças dos trabalhadores, mas não um instrumento de libertação.

Collor representa as elites e fará um governo entreguista e recessivo

Com a realização da eleição presidencial e a vitória de Collor, inicia-se uma nova fase na vida política brasileira. Em sua campanha, Collor tentou se apresentar como homem de oposição, sem compromissos com as elites. Tudo isso não passou de mero jogo eleitoral. Objetivamente, ele representa as elites e o seu governo deverá manter, em linhas gerais, a mesma política trilhada por Sarney.

Pelas suas declarações e dos integrantes de sua equipe, o governo Collor reforçará a dependência do país ao capital estrangeiro,

principalmente no que se refere ao pagamento da ilegítima dívida externa. Ele também não tocará nos interesses dos latifundiários, preservando na essência a atual política fundiária e agrícola. Sob o pretexto de combater a inflação, a equipe de Collor estuda a aplicação de medidas recessivas para diminuir o consumo interno e os investimentos públicos, o que resultará no aumento do desemprego e em mudanças para pior da atual política salarial.

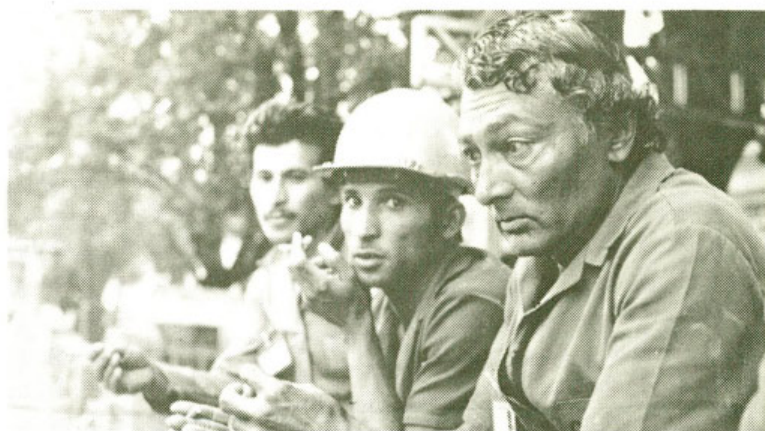
No seu giro pelo mundo, como candidato eleito, Collor assumiu compromissos numa linha de total subordinação dos interesses nacionais à gula do capital financeiro internacional. Ele se comprometeu a extinguir algumas das poucas barreiras protecionistas existentes para defender a indústria nacional, a pagar "em dia" a dívida externa, a acabar com a reserva de mercado da informática, etc. A privatização das empresas estatais será um dos eixos de seu governo, com a entrega do patrimônio nacional às grandes empresas estrangeiras. Seu projeto econômico é nitidamente entreguista, combinado com uma política recessiva. Ele procurará fazer com que os trabalhadores paguem o preço do combate à grave crise econômica.

Classes dominantes darão apoio ao novo governo para evitar o desgaste

Para viabilizar esse projeto antipopular e antinacional, Collor manteve intacto o poder militar. Ele inclusive abandonou a proposta feita em campanha de extinguir os ministérios militares e de criar o ministério da Defesa. A própria indicação de Antônio Rogério Magri, o superpeleugo truculento do chamado "sindicalismo de resultados", para o Ministério do Trabalho é um sinal do tratamento que será dispensado ao movimento sindical.

Apesar disso, seria ingenuidade pensar que Collor se desgastará logo nos primeiros dias de seu governo. Eleito com os votos dos setores extremos da sociedade - os mais ricos e os mais pobres -, sem compromisso com um claro programa de governo, Collor terá que compor interesses muito díspares e antagônicos. Ao mesmo tempo que defenderá os interesses da sua base real de apoio, os grupos monopolistas, ele terá de acenar com medidas "salvadoras" para a imensa massa de deserdados.

Populista e demagogo, Collor é também um dos últimos trunfos das elites dominantes para manutenção do atual estado de exploração e opressão do povo. Assim, as classes dominantes lhe prestarão total apoio,



Há uma grande expectativa dos trabalhadores diante do governo Collor

procurando encontrar conjuntamente medidas paliativas que permitam a construção de uma mínima base de sustentação para o seu governo.

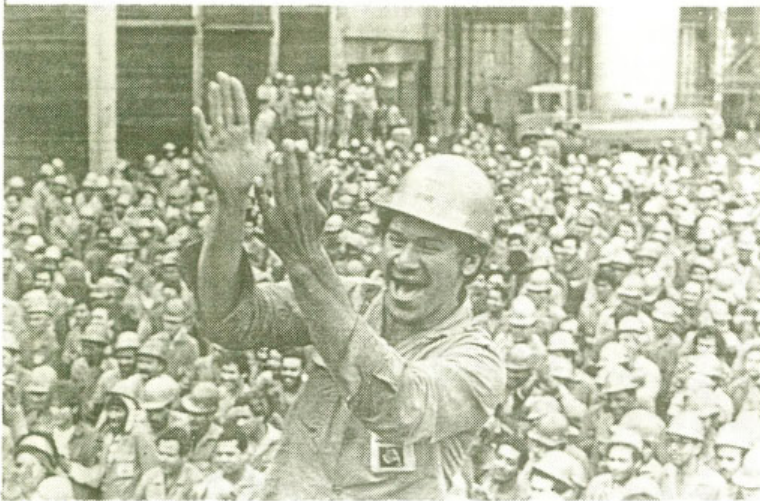
Junte-se a isso o fato de que 1990 será um ano de grande importância política, quando ocorrerão as eleições para renovação da Câmara de Deputados, do Senado, dos governos estaduais e das Assembleias Legislativas. O que estará em jogo é a eleição de um Congresso Nacional que terá poderes constituintes. Isso transformará o pleito numa renhida disputa na qual as forças que se bateram em 89 voltarão a se enfrentar.

Collor tentará por todos os meios garantir um bom desempenho nessa eleição, procurando conquistar uma maioria parlamentar e eleger os governadores nos Estados mais importantes. Para isso, terá que implementar uma política demagógica, que camufle seus reais propósitos e adie por algum tempo o sucateamento de nossa economia, a recessão, o desemprego e o cerceamento das liberdades políticas.

Movimento sindical deve interferir com força na luta política nacional

Diante do governo Collor é necessário ter uma postura clara, firme e conseqüente de oposição. Nesse processo, o movimento sindical deverá ter um papel de destaque. Na fase recente da nossa história, o sindicalismo se fortaleceu e hoje é uma presença marcante no cenário político nacional. Na sucessão presidencial, ele inclusive começou a superar vícios economicistas e teve participação ativa na batalha eleitoral, contribuindo na politização e na organização dos trabalhadores.

A situação do país exige que o movimento sindical interfira com maior força na luta para



A onda de greves tende a voltar com grande força e vibração

superar os entraves estruturais que impedem o progresso da nação. A suspensão do pagamento da dívida externa e a realização da reforma agrária antilatifundiária são bandeiras que precisam estar na ordem do dia da mobilização e luta dos trabalhadores.

Mobilização para evitar a recessão e a entrega do país

Além disso, o sindicalismo deve dar grande atenção para os problemas angustiantes que afligem o dia-a-dia dos trabalhadores. A questão do salário é chave. O reajuste mensal não corresponde mais a escalada alucinante da inflação. As perdas salariais no mês corroem mais de 40% do poder de compra dos trabalhadores. Vários sindicatos já desencadearam campanhas pelo pagamento semanal reajustado pela BTN - o que deve ser generalizado. É preciso também estar atento aos golpes de Collor para arrochar ainda mais os salários, evitando qualquer retrocesso.

Diante do perigo real do governo Collor adotar medidas recessivas sob o pretexto do "combate a inflação", o sindicalismo precisa estudar formas imediatas para barrar essa ofensiva patronal. A luta pela estabilidade no emprego, contra as demissões em massa, ganha importância. E preciso também desmascarar o modelo econômico de Collor, que prega a completa entrega de nossas riquezas ao capital estrangeiro. A questão nacional - a defesa dos interesses do país, das estatais produtivas, da economia voltada para o mercado interno - deverá ter um potencial mobilizador que não pode ser subestimado pelos movimentos sociais - particularmente pelo sindicalismo.

Sindicalismo não pode se omitir na batalha eleitoral de 1990

O movimento sindical também não poderá se omitir na principal batalha política de 90 - as eleições majoritárias e proporcionais do final do ano. Mantendo sua independência política e rejeitando o aparelhamento das entidades de classe, os sindicatos deverão contribuir para maior politização dos trabalhadores. As forças populares e de esquerda trabalharão no sentido de conseguir maioria parlamentar e de influir na eleição de governadores progressistas. A conquista desses objetivos fortalecerá ainda mais as lutas dos trabalhadores. Por isso, esse desafio deve ser encarado com toda a seriedade, já que as correntes populares têm uma oportunidade ímpar para avançar na conquista de posições políticas que permitam o acúmulo de forças no rumo da real emancipação do nosso povo, da revolução social. Diante dessas possibilidades, o movimento social deverá orientar-se por posições elevadas, subordinando os interesses individuais ou de grupo aos interesses mais globais, procurando participar da disputa eleitoral com um elenco de candidatos com reais condições de vitória.

O movimento popular e sindical, que se fortaleceu na últimas eleições, tem grandes chances de ocupar posições mais avançadas na nova situação política do país. Para isso, é necessário impulsionar a luta dos trabalhadores e unificar os setores sociais interessados no progresso e na independência do país, construindo uma forte oposição popular ao governo Collor. Oposição que ajude a criar um amplo movimento político que eleve o nível de consciência e de organização dos trabalhadores, que aprofunde a luta pelas mudanças estruturais que o país exige e que se oponha simultaneamente às políticas antinacionais e antipopulares das elites conservadoras.

Oposição que não tenha uma perspectiva imediatista, mas que seja um instrumento de acumulação de forças da luta popular e revolucionária em nosso país.

O que representa o ingresso da Corrente Classista na CUT?

O II Congresso Nacional da Corrente Sindical Classista, que ocorre nos dias 9, 10 e 11 de março e tem como ponto principal de pauta a discussão sobre o ingresso da CSC na CUT, deverá repercutir profundamente no sindicalismo brasileiro. Para entender melhor o alcance desse evento, a Debate Sindical entrevistou Nivaldo Santana, presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Sabesp/Cetesb de São Paulo e membro do secretariado nacional da Corrente Classista.



DS: Qual o significado da realização do II Congresso da CSC e como ele se enquadra no novo quadro político que o país vive?

Nivaldo Santana: O II Congresso da CSC é o coroamento do processo inicial de organização do sindicalismo classista no Brasil. Ele representa um salto de qualidade na unificação das forças combativas do movimento sindical brasileiro, elevando a um novo patamar a luta dos trabalhadores por seus interesses imediatos e futuros. Nesse sentido, ele é um congresso de dimensões históricas.

Quanto ao momento político, o congresso se realiza às vésperas da posse do presidente eleito. Isso permitirá uma discussão muito rica entre os delegados sobre a caráter do novo governo, a profundidade da crise em que o Brasil está atolado e as perspectivas dos trabalhadores na luta pela superação da crise. O congresso deverá aprovar uma plataforma de reivindicações e de luta que se contraponha as medidas anunciadas pelos porta-vozes de Collor de Mello.

Essas medidas, que fazem parte do chamado projeto "neo-liberal", aprofundarão a dependência externa do país, com a manutenção do pagamento da dívida externa, a privatização das estatais, a internacionalização da economia. O programa econômico de Collor levará o país, mais cedo ou mais tarde, a uma profunda recessão, com suas conhecidas seqüelas para os trabalhadores, como o arrocho salarial e o desemprego. Sob o pretexto de combater a inflação, o novo governo pretende penalizar os assalariados e deixar ilesos os beneficiários da crise, os banqueiros, os grandes monopólios nacionais e estrangeiros, os especuladores, etc.

Nesse quadro de previsões pessimistas, o congresso deverá reafirmar a luta pelo não pagamento da dívida externa, em defesa das empresas estatais, contra qualquer medida

recessiva, etc. Além disso, deverá definir uma plataforma de reivindicações imediatas, onde se destaca a luta unitária pelo pagamento semanal do salário indexado pela BTN.

DS: Como a CSC encara a nomeação de Magri para o Ministério do Trabalho?

Nivaldo: Ela é prova inquestionável do caráter antioperário do governo Collor. Magri é o representante maior da direita sindical no país, usa e abusa de práticas fascistas e seu nome não é aceito pela grande maioria dos sindicalistas brasileiros. Nós, da CSC, repudiamos a sua indicação e prevemos um relacionamento conflituoso nessa área.

"Já estão maduras as condições para a unificação orgânica"

DS: A principal discussão do II Congresso será sobre o ingresso da CSC na CUT. Em que pé anda esse debate?

Nivaldo: No I Congresso da CSC, realizado em fevereiro de 89, a resolução aprovada indicava aos sindicalistas do nosso campo a atuação em frente única prioritária com a CUT. Em 30 de agosto de 89, a reunião do Conselho Nacional da CSC aprofundou ainda mais essa resolução, avançado nas discussões concretas sobre a unificação orgânica. Não obstante existirem algumas divergências no campo teórico e prático entre nós, o balanço que fazemos desse processo de unificação é positivo.

Participamos juntos da greve geral de 14 e 15 de março de 89 e de outras inúmeras batalhas

* Entrevista feita por Altamiro Borges, jornalista e presidente do Centro de Estudos Sindicais (CES).

sindicais. Diversas eleições hoje são disputadas por chapas unitárias CSC/CUT. Mesmo nos embates políticos, como na campanha da sucessão presidencial, estivemos lado a lado contra o candidato da direita. Em vista disso, estão maduras as condições para o nosso ingresso.

Isto representará um grande avanço do sindicalismo. Ampliará e fortalecerá a CUT, dará um caráter mais pluralista, menos partidário, à central, transformará a CUT na mais poderosa central do país. A partir daí teremos melhores condições para enfrentar o "sindicalismo de resultados" e para desenvolver as lutas dos trabalhadores contra o patronato e os governos das classes dominantes.

DS: E como tem se dado as conversações com a CUT?

Nivaldo: Nas várias reuniões ocorridas entre as direções da CSC e da CUT observamos avanços nas discussões sobre a unificação. O direito de tendência, principal reivindicação feita por nós, foi aceito. Quanto à solicitação da CSC de participar como observadora nas instâncias da CUT, os dirigentes cutistas entenderam que isso só poderia se dar após o nosso ingresso.

Também ficou assegurado o espaço de mocrático para discutirmos nossas posições contrárias à Convenção 87 da OIT e para aprofundar o debate sobre a relação partido-sindicato e sobre as ligações internacionais do sindicalismo brasileiro.

O saldo geral das conversações foi positivo, embora se perceba uma grande cautela dos representantes da CUT. Eles estão preocupados com o fato, inédito para eles, do ingresso de um grande número de sindicatos que estava fora do tradicional campo cutista. Isto principalmente porque a central vive um período de efervescência

entre as correntes que atuam no seu interior. O ingresso da CSC provocará, de certa forma, alterações na correlação de forças interna.

DS: Como deverá se dar a atuação da CSC no interior da CUT?

Nivaldo: A proposição da unificação orgânica tende a ser aprovada pela grande maioria dos delegados presentes ao congresso da CSC. Do ponto de vista formal, a filiação à CUT deve ser deliberada pelas categorias, através das instâncias sindicais próprias de decisão. O nosso pensamento é que estas filiações se dêem de forma organizada e acompanhadas pela nova direção da CSC eleita no congresso. Isso em função da preocupação de evitar a nossa diluição política e orgânica na central.

A nossa independência dentro da CUT é questão vital e imprescindível para o avanço da concepção classista no sindicalismo brasileiro. Do contrário, reforçaremos apenas as visões sindicais incorretas, o economicismo, o reformismo, o esquerdismo, etc. Essa

independência se materializa, na nossa opinião, na manutenção da CSC enquanto força organizada, com direções eleitas, sede própria, boletins e firme defesa das idéias classistas. Tudo isso combinado com o respeito à democracia sindical, que passa por acatar e encaminhar as deliberações das diferentes instâncias de decisão da CUT. Em síntese: atuar organizado para defender os pontos de vista classista, mas pondo em prática as decisões unitárias da central.

"Independência da CSC é vital para o avanço do classista" sindicalismo

DS: E existe espaço na CUT para esse tipo de comportamento?

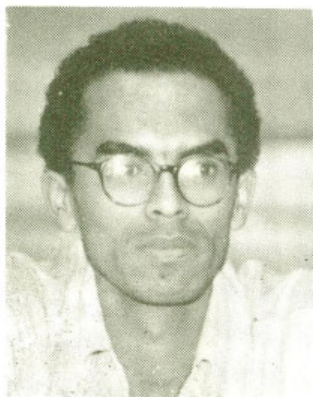
Nivaldo: Nos vamos lutar para que isso ocorra e a disputa não será fácil. O pré-requisito básico para nossa atuação independente é a existência do direito de tendência, da liberdade de opinião. A proporcionalidade na escolha das direções da central, que é um critério democrático, já está consagrado no estatuto da CUT. Além disso, os critérios de participação na central hoje são mais sindicais, menos partidários. Isso favorecerá a nossa atuação.

DS: Por último, como anda a CSC? Ela cresceu? Quais as suas dificuldades?

Nivaldo: Nesses quase dois anos de existência, constatamos um grande crescimento da CSC. Hoje a corrente já é uma realidade nacional, está organizada em todos os Estados, suas idéias estão bem divulgadas e sua inserção nas lutas dos trabalhadores é grande. Fruto dessa ação, a concepção classista vem se enraizando nos locais de trabalho e a CSC obteve várias e importantes vitórias em eleições sindicais.

Apesar desse avanço, não podemos subestimar as nossas debilidades. O nosso problema de pouca estrutura é grave. Temos dificuldades às vezes de reunir a direção da CSC de maneira mais ágil e de encaminhar propostas políticas mais gerais. Poucas foram as nossas publicações de jornais e boletins e a própria manutenção da nossa sede central esbarra em obstáculos.

Com o nosso ingresso na CUT, estes problemas precisarão ser superados. Caso contrário, corremos o risco da nossa diluição. Mas as nossas perspectivas são otimistas. Os sindicalistas classistas, conhecidos pela combatividade e determinação com que travam as batalhas sindicais e políticas, sem dúvida nenhuma saberão encontrar as formas e os meios para fazer consolidar e avançar a CSC nessa nova etapa. Para isso, é preciso ter consciência que um mínimo de base material é indispensável para se garantir a independência política na prática.



As perspectivas, nada boas, do governo Collor para a área econômica

Antonio Martins e Umberto Martins *

O governo Collor, sob o pretexto de combate à hiperinflação, pretende adotar desde o seu início um amplo elenco de medidas antinacionais, que também implicarão num maior arrocho dos salários. As lideranças do movimento popular precisam analisar em profundidade e compreender o conteúdo da nova política econômica que será aplicada a partir de março para resistir à ofensiva da direita.

Citando uma frase do filósofo alemão Walter Benjamin, o economista Gilson Schwartz, num comentário publicado dia 16 de fevereiro pela "Folha de São Paulo", destacou uma das características psicológicas dos períodos de hiperinflação. Nos momentos de elevação descontrolada de todos os preços, conforme lembrou, a sensação de desconforto e insegurança é tão grande que a partir de um certo instante qualquer terapia que se apresente como capaz de estancar a explosão inflacionária é aceita sem grande resistência pela população.

Há fortes indícios de que o presidente eleito e as forças que garantiram sua vitória contam com o pânico da população para viabilizar politicamente a adoção de um conjunto de medidas ultra-conservadoras, que podem ser resumidas em três palavras: privatização, internacionalização e desregulação da economia, compreendendo o enxugamento e "modernização" da máquina estatal (com demissões em massa, atingindo inicialmente pelo menos 180 mil funcionários). Nos últimos meses, estes objetivos transformaram-se em uma espécie de senha, com presença garantida em todas as explicações conservadoras para a crise. Foram também repetidos por Collor ao longo de sua peregrinação pelo mundo.

A direita tem um estranho desejo: resolver a crise aumentando a dependência

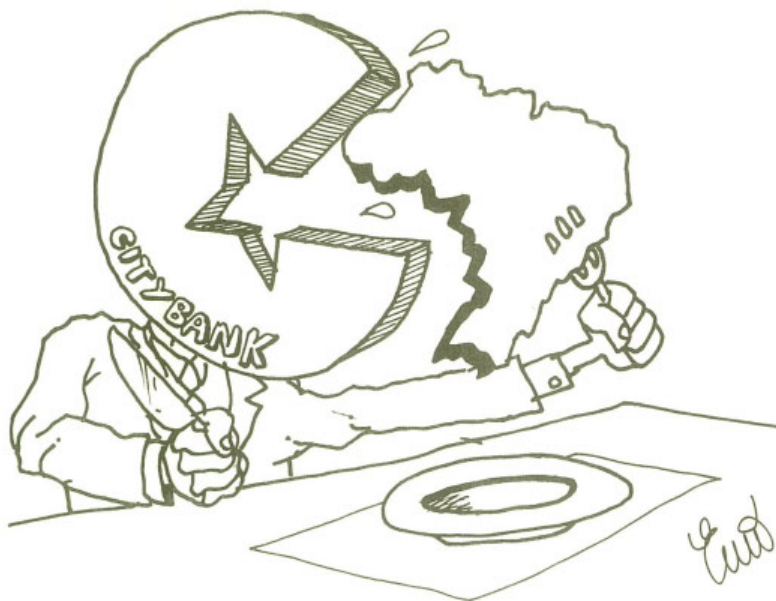
Ao optar por tais medidas, a direita expõe claramente um estranho desejo: o de resolver a

crise aprofundando, ao invés de reverter, as características básicas do modelo econômico adotado no Brasil: um capitalismo altamente dependente, vulnerável ao humor do capital estrangeiro, ostentando uma acumulação de riquezas que, conforme observou o economista João Manuel Cardoso de Mello, não encontra qualquer paralelo em todo o mundo. É preciso avaliar as prováveis consequências da política econômica conservadora, as possibilidades que encerra a curto, médio e longo prazos, sem paixão e com espírito científico.

São muitas as especificidades da atual crise econômica que, a rigor, arrasta-se por toda a década de 80, não sem motivos considerada com certa unanimidade como a "década perdida" ou a "década da estagnação". Ela não pode ser confundida com as rotineiras crises cíclicas do capitalismo, pois mantém em relação a estas diferenças razoáveis e fundamentais. Não é a mera manifestação de uma fase ou momento de um determinado ciclo econômico, revelando algo bem mais grave: uma profunda deformação do próprio ciclo. Da mesma forma, sua raiz não pode ser localizada pura e simplesmente na superprodução. Sua persistência se explica sobretudo pela virtual incapacidade de investimentos que, ao se prolongar na história, tornou-se crônica.

Esta qualidade nova da crise é constatável na mudança em certo sentido abrupta na taxa média anual de crescimento do PIB, que ao longo das últimas décadas marcou 7%, e declinou para algo em torno de 2 a 3% nos anos 80 (aproximadamente zero se levarmos em conta o crescimento populacional ou o chamado PIB **per capita**). O caráter e a perenidade do fenômeno são incógnitas cuja solução depende de variáveis que ainda não estão dadas. De qualquer forma, não é prudente

* jornalistas da Classe Operária



apostar que ele seja insolúvel ou que as elites não dispõem de meios para amenizar seus efeitos.

A crise é fruto da subordinação da economia ao capital estrangeiro

A verdade é que a economia brasileira marcou passo ao longo dos últimos anos porque enredou-se em alguns fatores que, segundo a propaganda da direita, levariam a seu engrandecimento e emancipação. Entre 1966 e 1981 o recurso sistemático aos capitais externos especialmente através do endividamento, contribuiu para viabilizar o surto de crescimento que foi batizado com o nome pomposo de "milagre brasileiro".

Porém, já a partir de 1982, depois de uma elevação vertiginosa das taxas de juros internacionais (e, por tabela, do estoque da dívida externa), os credores apresentaram a conta. Desde então o Brasil passou a remeter ao exterior somas astronômicas, se comparadas à sua capacidade de gerar excedentes ou poupança: as transferências líquidas ao exterior têm representando quase 40% dos investimentos internos brutos e cerca de 80% das inversões em máquinas e equipamentos. Sendo crescimento econômico, nas economias modernas, basicamente uma função do volume de investimentos, as remessas passaram a constituir um enorme obstáculo à reprodução em escala ampliada do produto econômico. Uma realidade dramática, da qual as elites dirigentes relutam em tomar consciência. O ex-ministro da Fazenda no governo Sarney, economista Luiz Carlos Bresser Pereira, em

recente artigo para a "Folha de São Paulo" ("A dívida e a coragem", de 16/2/90) acentuou que, depois de sua experiência no governo, chegou "à conclusão definitiva que só uma substancial redução da dívida seria compatível com as metas de crescimento do PIB..."

O Estado assumiu a dívida contraída pelos particulares. E "faliu"

Contudo, é preciso atentar para uma outra particularidade da atual crise. O Estado assumiu a dívida externa, que fora feita principalmente pela iniciativa privada (responsável por 80% dos débitos). Em consequência, o poder público encalacrrou-se financeiramente, de forma progressiva, e perdeu qualquer condição de realizar novos investimentos. E uma vez que o Estado historicamente havia se responsabilizado por realizar e oferecer à iniciativa privada as obras básicas de infra-estrutura, muitas vezes cobrando preços irrisórios pelos serviços que prestava, sua falência trouxe resultados dramáticos para os investimentos internos.

Ao final da década o país estava ameaçado de racionamento de energia em diversas regiões, embora houvesse construído durante os anos 70 algumas das maiores obras da geração de energia hidrelétrica do mundo; tinha serviços de telecomunicações precários, em contraste com o período anterior, em que instalara serviços de eficiência invejável; e via a deterioração de sua rede de estradas de rodagem, que fora essencial para o desenvolvimento da indústria automobilística, enquanto assistia à inviabilização progressiva de suas indústrias siderúrgicas, que eram responsáveis pela sétima produção mundial de aço, mas afundavam num atoleiro insuportável de dívidas.

Em contraste com este desempenho desastroso do poder público, a iniciativa privada comportou-se divinamente. A queda dos investimentos corresponde ao declínio dos investimentos estatais. Ao contrário, a taxa de investimentos das empresas particulares manteve-se e progrediu, a acumulação e centralização de capital pelo setor privado, compreendendo a exceção de alguns ramos econômicos mais sensíveis à demanda pública conheceu momentos maravilhosos - uma ilha de eficiência, segundo a propaganda neoliberal.

A explicação para isto é simples. Ao assumir a dívida externa, e como haviam secado abruptamente todas as fontes de financiamento externo, o Estado viu-se condenado a promover um crescente endividamento interna-

cional para remunerar os exportadores que possibilitaram a geração de um saldo comercial compatível com os pagamentos de juros exigidos pelos credores estrangeiros. A ciranda financeira e a inflação resultantes deste processo propiciaram uma brutal transferência de riqueza do poder público, e dos trabalhadores, para a iniciativa privada.

Os balanços das principais empresas de capital aberto do país, divulgados ao longo de 88 e 89, demonstraram o papel da dívida interna, responsável por uma elevação inédita da lucratividade dos grandes grupos e empresas, num momento em que contraditoriamente a economia vivia em franca estagnação. Em quase todos os casos a maior parte dos ganhos das empresas privadas provinha não de esforços operacionais, mas de investimentos em títulos da dívida interna. A ciranda financeira fez com que a acumulação capitalista dos particulares prosseguisse sem traumas, mesmo com a economia funcionando em marcha lenta.

Desta forma, a propriedade particular foi "privada" da crise. E ela se beneficiou, ainda, do crescimento do excedente econômico global patrocinado por um violento arrocho salarial, aparentemente promovido como resposta à transferência de poupança ao exterior, mas que não foi capaz de compensá-la. Dados do Dieese indicam que o poder aquisitivo dos salários em 1989 era 30% inferior ao do início da década. Neste ano os rendimentos reais dos trabalhadores continuam em queda livre, mas a taxa de investimento prossegue baixa. Neste quadro, não é difícil à burguesia apresentar a crise

do capitalismo brasileiro com uma mera crise do Estado. Na aparência as coisas são assim. Cria-se também a impressão de que uma vez solucionado o "problema das estatais" equaciona-se a crise. A palavra "privatização", por consequência, surge como solução óbvia, acompanhada, evidentemente, de uma maior internacionalização da economia e desregulação (afrouxamento das regras e controle burocráticos, fim de reservas de mercado, destacadamente na área de informática, etc).

Neo-liberalismo, o "santo remédio", pode ser ineficaz contra o "caos"

O elenco de proposta neoliberal aparece hoje como o santo remédio para os males do mundo. Não é apenas no Brasil que tais idéias são difundidas massivamente e com inegável eficiência; compõem o receituário milagroso recomendado igualmente para o Leste Europeu, assim como para os demais países dependentes do planeta. Inspiram, para citar apenas dois exemplos próximos, as políticas econômicas dos governos Salinas, do México, e Menem, da Argentina.

A realidade evidencia que as elites dirigentes não dispõem de outras alternativas e esta é



apresentada como uma verdadeira revolução intelectual da "modernidade". Com efeito, implica em profundas alterações no padrão de desenvolvimento vigente nas últimas décadas. Lembremos que ainda durante o governo Geisel, de triste memória, ressaltava-se o imprescindível papel do Estado na estratégia dependente do desenvolvimento capitalista do país, que devia ocorrer impulsionado pelo famoso tripé representado pelas estatais, multinacionais e capital privado nacional. Mesmo o pensamento conservador predominante, apesar das suas contradições internas, estava longe da atual febre privatista.

É patente que tais idéias são orientadas por interesses poderosos de caráter mais imediatista. Há inegavelmente um grande interesse da burguesia brasileira em converter



títulos da dívida pública interna em ativos reais como empresas estatais; o mesmo se pode dizer em relação aos credores estrangeiros. Une-se, portanto, o útil ao agradável. Contudo, não se pode perder de vista que a mudança objetivamente em curso, enquanto o poder político não muda de mãos, traduz uma aposta maior, podendo implicar numa alteração do padrão de desenvolvimento, com a progressiva saída do Estado do cenário econômico em favor dos particulares.

Resta analisar os efeitos e as possibilidades da política econômica neo-liberal proposta por Collor. A longo prazo não há a menor dúvida de que ela acarretará uma desnacionalização sem precedentes da economia, se levada às últimas consequências, tornando a nação ainda mais vulnerável aos humores dos monopólios e governos imperialistas, comprometendo na mesma medida a soberania política e econômica. A liquidação das estatais seria um duro golpe no movimento popular e patriota. Apenas isto é razão suficiente para que as propostas do novo governo sejam prontamente rechaçadas pelos trabalhadores e pelos setores comprometidos com a defesa dos interesses nacionais.

A curto prazo Collor terá de se defrontar com as determinações objetivas de uma hiperinflação sobre a economia, que já apresenta sinais de completa anarquia e recessão. É pouco provável que os instrumentos de política econômica à disposição do governo possam alterar substancialmente o rumo das coisas nas atuais circunstâncias.

Num cenário de médio prazo a questão central que vai determinar o eventual fracasso ou sucesso (ainda que relativo e dentro dos marcos do modelo dependente) de qualquer política econômica é a capacidade de retomar o crescimento, mesmo que não seja nos níveis históricos observados desde o pós-guerra até a década de 70. Em outras palavras, o dilema continua sendo a possibilidade de superar ou não a crise deflagrada no início da década passada pelo endividamento externo.

A hipótese de que a economia volte a apresentar índices de crescimento sustentado, conforme os ciclos econômicos em que naturalmente se movimenta o modo de produção capitalista, depende basicamente da capacidade de recuperação dos investimentos, reduzidos pela transferência de recursos ao exterior. Neste sentido, a simples conversão de dívida interna em ações de estatais pode não representar absolutamente nada, não influenciando sobre a massa de excedentes destinadas a reinversões internas, além de que é preciso verificar o real alcance de tal mecanismo na execução das privatizações.

Quanto à conversão da dívida externa a experiência indica que seu impacto em termos de redução da transferência de recursos ao exterior, e concomitante aumento da taxa de investimentos, é quase nulo e nem de longe compensa seus efeitos imediatos sobre o processo inflacionário - sem contar o seu caráter eminentemente desnacionalizante.

Uma maior internacionalização da economia, somada à renegociação da dívida externa - segundo os termos atuais do "Plano Bredy" -, se observados apenas do ponto de vista de seus prováveis efeitos de curto prazo sobre a capacidade de investimentos, também não dão motivos a otimismo.

Da mesma forma, é pouco prudente esperar um milagre proveniente da chamada desregulação econômica, incluindo a liquidação da reserva de mercado para a informática (o que, a médio e longo prazos, revelar-se-á um crime irreparável contra a soberania e a capacidade tecnológica nacional). Embora seja preciso esperar pelas medidas concretas do novo governo para avaliar com maior precisão suas reais dimensão e consequências, o cenário mais provável que se projeta de suas propostas não é nada animador; faz prever de imediato um aprofundamento do arrocho salarial como meio de aumentar o excedente e a concentração de rendas, além de mais desemprego e o sofrimento para as massas. A alternativa é a luta e o fortalecimento da oposição popular a este novo governo das elites.



Collor cumprimenta Magri, o novo ministro do Trabalho: objetivo nítido de confronto

Quais as idéias e como atua o “sindicalismo de resultados”

Roseli Figaro *

O chamado “sindicalismo de resultados” acaba de ser apresentado com o Ministério do Trabalho e da Previdência Social. Collor não esconde sua intenção de partir para o confronto contra o movimento sindical independente e combativo. Mas, afinal, qual é a concepção dessa “nova” vertente sindical? Nesse artigo são dadas algumas pistas iniciais e um exemplo concreto - a prática de Medeiros, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo.

Antes mesmo de tomar posse, Collor já deu seu recado ao movimento sindical: nomeou para o Ministério do Trabalho, e agora também da Previdência, o arqui-pelego e truculento representante do autodenominado “sindicalismo de resultados” - Antonio Rogério Magri.

Com essa medida o novo governo provou que vai manter os velhos métodos de repressão e truculência ao tratar o movimento sindical. Demonstrou ainda que para seus afilhados do “sindicalismo de resultados” o trânsito está livre e vale tudo.

Quem saiu ganhando, logo nos primeiros dias após a nomeação, foi Luis Antonio de Medeiros, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, o lado mais político e perigoso dessa corrente sindical - às vésperas

das eleições para renovação da diretoria do maior Sindicato da América Latina.

Magri e Medeiros são expoentes do sindicalismo americano no Brasil. Suas trajetórias foram diferentes mas, acabaram por se unir ao capital para combater o trabalho.

Magri começou na vida sindical em meados da década de 70. Ganhou destaque na diretoria do Sindicato dos Eletricitários de S. Paulo depois que fez o curso de formação do ICT — Instituto Cultural do Trabalho sucursal do IADESIL — Instituto Americano para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre. O IADESIL é dirigido e financiado por um órgão tripartite composto pelo Pentágono, pela AFL-CIO e por representantes de grandes empresários.

* Jornalista e diretora do Centro de Estudos Sindicais (CES).



Medeiros começou no sindicalismo pelas mãos do PCB, entrou na chapa de Joaquinção em 1981. Foi para Moscou, passou lá 2 anos. Tempos depois afastou-se do PCB e aderiu ao sindicalismo americano. Foi a partir daí que ganhou confiabilidade para substituir Joaquinção na presidência do sindicato.

Medeiros e Magri foram sustentáculos da política de arrocho do governo Sarney. Posicionaram-se a favor de Collor já no primeiro turno das eleições. Medeiros colocou as peruas do som do sindicato à disposição da campanha de Collor nas portas das fábricas.

Para as forças que elegeram o novo governo, a presença de Medeiros e de Magri ao seu lado é fundamental. Certamente esperam jogar com Magri para que ele coloque a máquina do ministério a serviço do "sindicalismo de resultados". Fórmula segura para impedir greves e lutas trabalhistas que desgastem o governo. E, se preciso for, o ministro não terá escrúpulos em usar o aparato repressivo da ilegalidade, das demissões e do estado de emergência.

Medeiros, por sua vez, vai reforçar o papel diversionista da luta de classes, confundindo e dividindo o movimento. Recebeu fôlego para continuar fazendo a política que introduz a concorrência e a dispersão no seio da classe operária.

Uma corrente que defende as idéias neo-liberais no interior do sindicato

Essa insígnia "sindicalismo de resultados", cunhada pela grande imprensa, é uma versão mais acabada e ideologizada da política burguesa nos meios operários. A história do sindicalismo no Brasil revela com nitidez as várias estratégias da burguesia para impedir o avanço do movimento operário.

No início do século, com a industrialização nascente, as formas de tratamento às primeiras lutas dos trabalhadores eram despóticas.

Repressão, cadeia, estradição, perseguição política, eram os métodos utilizados pelo Estado.

Nos regimes de força, nos períodos de ditadura, esses métodos persistiram. Getúlio antes de implantar o **Estado Novo**, tentou controlar o movimento sindical, através de um relacionamento mais político entre as partes, trazendo este último para dentro do aparelho estatal. Foram se alternando, a partir de então, os métodos de repressão e a cooptação nos meios sindicais.

No entanto, as mudanças que se deram na conjuntura nacional nos últimos dez anos, com a ampliação da participação das massas operárias na política e o crescimento do capital monopolista e da dependência do país ao imperialismo, **impuseram** novas formas de tratamento ao movimento operário e sindical.

Esse "novo" tratamento não é dirigido apenas para o movimento sindical. Ele possui um arcabouço de idéias que vigoram hoje em todo o mundo, fortalecidos pelos acontecimentos no Leste Europeu - é o chamado **neo-liberalismo**. Um enunciado novo para teses bastante velhas que pregam a modernização do capitalismo, o fracasso do socialismo e a **necessidade** das relações entre capital e trabalho serem balizadas pelas leis do mercado internacional. Defendem o capitalismo forte para haver desenvolvimento e destruição de renda.

Na verdade, o que há é uma certa **diferenciação** nos métodos, hoje mais **dinâmicos** e **pragmáticos**, na cooptação ideológica do movimento, procurando um certo distanciamento do Estado. Neste sentido, a ação sindical cotidiana sai do imobilismo burocratizado e vai para as fábricas e empresas levantar a bandeira das reivindicações específicas, por melhores salários e, até mesmo, a fazer a greve.

É de Antonio Medeiros a afirmação: "o papel do Sindicato é o de vender por um preço mais caro a força de trabalho de seus associados". Portanto, fortalece as relações capitalistas de produção, à medida que dissemina entre a massa operária a **concorrência entre a classe**.

O "sindicalismo de resultados" em seu ideário aparece como **apolítico** e **apartidário**. Mas, como representa o poder constituído objetiva estar **acima** dos partidos, pois já é poder. Os representantes do "sindicalismo de resultados" são os mais ativos políticos. Atuaram com sucesso na Constituinte, organizando junto com os empresários o lobby que impediu a conquista das 40 horas semanais e a estabilidade no emprego.

O "sindicalismo de resultados" contrapõe-se ao sindicalismo classista e revolucionário. Ao tempo que este último defende a emancipação da classe com o fim da exploração do homem pelo homem, aquele defende a conciliação das relações entre capital e trabalho, sendo que o trabalho será sempre submetido às leis do mercado.

As ligações perigosas de Magri

Com a indicação de Antônio Rogério Magri, presidente da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), para o Ministério do Trabalho e da Previdência Social, o interesse pelo passado desse "sindicalista" ganhou maior força. O artigo abaixo (*) dá algumas dicas sobre as ligações de Magri, servindo para indicar como será sua relação com o movimento sindical.

As pistas para responder a questão acima são dadas pela própria trajetória de Magri. Algumas são mais evidentes, cristalinas. Afinal, ele é um dos principais expoentes do chamado "sindicalismo de resultados", uma articulação de pelegos que defende de maneira ativa os interesses do patronato. Mas isso é apenas a ponta do iceberg. Magri também é presidente do Instituto Cultural do Trabalho (ICT), uma entidade financiada pelos EUA, e se diz porta-voz no Brasil da AFL-CIO — a central sindical americana que tem sólidos vínculos com as multinacionais.

Uma pesquisa mais aprofundada sobre o ICT e a AFL-CIO resulta numa resposta ainda mais espantosa sobre possíveis ligações de Magri. Ela conduz, com farta documentação, à CIA — a poderosa central de espionagem dos EUA, responsável por assassinatos, atentados, sabotagens, golpes de Estado e outras iniciativas para perpetuar o saque imperialista no mundo inteiro.

A postura patronal da AFL-CIO é antiga e bastante conhecida. Desde o momento em que os EUA se transformaram num país imperialista, no final do século passado, o grosso do sindicalismo americano passou a defender a conciliação de classe e a exploração de outros povos. De forma pragmática, procurava garantir algumas migalhas para a aristocracia operária norte-americana a partir da feroz extração de mais valia dos trabalhadores dos países dependentes.

Com essa concepção burguesa, a central sindical americana, na época apenas AFL — (American Federation of Labor), apoiou a invasão das colônias espanholas na América Central, fez ostensiva campanha contra a revolução operária na Rússia em 17 e organizou comitês de apoio aos nazistas quando da invasão da União Soviética na II Guerra Mundial.

Mais recentemente, já como AFL-CIO (*Congress of Industrial Organizations*), aprovou no congresso de São Francisco, em 1965, o "apoio incondicional" à política de guerra dos EUA no Vietnã, determinando inclusive aos sindicatos filiados que se transformassem em sedes de alistamento militar. Quando da revolução sandinista, a central sindical ianque se posicionou em favor dos contra-revolucionários somozistas e propôs o boicote econômico ao novo governo da Nicarágua.

Esse pequeno apanhado histórico por si só já explica o notório envolvimento da AFL-

CIO com a Agência Central de Informações dos EUA, a CIA — fundada em 1947. Ambas as instituições possuem os mesmos objetivos de rapina. Não é para menos que a própria imprensa americana e alguns sindicalistas dissidentes já denunciaram o fato do Departamento de Relações Internacionais da AFL-CIO ter se transformado num biombo da CIA. Um dos organizadores desse departamento, Jay Lovestone, durante longos anos fez parte da folha de pagamento do serviço de espionagem dos EUA.

Para interferir no sindicalismo mundial, difundindo sua política de conciliação de classes e de defesa do capitalismo, a AFL-CIO criou inúmeros instrumentos — sempre em ação conjunta com a CIA. Um deles foi a ORIT (Organização Regional Interamericana de Trabalhadores), fundada em 1951 como seção da Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres (Ciosl) na América Latina. Apesar das disputas com a social democracia europeia no interior da Ciosl, a ORIT desde o início foi sustentada e manipulada pelo sindicalismo americano. Seu principal organizador foi Serafino Romualdi, ex-assessor do banqueiro Nelson Rockefeller e conhecido como o mais atuante agente da CIA no sindicalismo latino-americano.

Além disso, a AFL-CIO criou as suas próprias instituições — independentes da central mundial a que está filiada. Uma delas, o Iadesil (Instituto Americano para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre), causou enormes estragos no Brasil e em outros países do continente. Fundado em outubro de 61, novamente pelas mãos de Romualdi, esse órgão foi responsável pela formação de milhares de dirigentes sindicais pró-americanos, pela divisão do sindicalismo em vários países e por incontáveis ações conspiratórias contra governos democráticos.

Até hoje esse instituto é dirigido e financiado pela AFL-CIO, pelo Departamento de Estado dos EUA e pela *Council of America* — uma entidade que congrega as principais empresas multinacionais com investimentos no continente. Seu objetivo, segundo o primeiro presidente do organismo, o magnata americano Peter Grace, seria o de "estimular a cooperação entre os trabalhadores e as direções das empresas e o fim da luta de classes".

Elogiando a AFL-CIO durante uma conferência, o próprio Grace afirmou que o Iade-

* Artigo de Altamiro Borges, presidente do CES, extraído do jornal *A Classe Operária*, edição número 22, de junho de 1989.

sil "é um exemplo proeminente do consenso nacional trabalhando de forma efetiva para o interesse dos Estados Unidos". Como resposta, ouviu de George Meany, ex-presidente da AFL-CIO, a seguinte declaração numa palestra para o *Council of America*: "Nós cremos no sistema capitalista e somos membros da sociedade capitalista. Somos dedicados à preservação deste sistema, que traz recompensas aos trabalhadores."

Por trás do Iadesil sempre existiu a sombra da CIA. Segundo o pesquisador Renê Dreifuss, "o grau de envolvimento do Iadesil com a CIA culminava com o fato de que Serafino Romualdi, enquanto no Iadesil, acumulava ainda o cargo de agente da Divisão das Organizações Internacionais da CIA. Através dessa divisão, Serafino Romualdi e William Doherty Jr. exerciam controle diário do Iadesil para a CIA". O próprio Romualdi não escondia essa articulação espúria: "O Iadesil é uma auspiciosa instituição com orçamento de milhões de dólares e ramificações em praticamente todos os países da América Latina e da região do Caribe."

O ICT tem como objetivos dividir o sindicalismo e sabotar a luta operária

Uma dessas ramificações foi criada em abril de 63 no Brasil. Seu nome: Instituto Cultural do Trabalho (ICT). Seu organizador, Romualdi. Seus objetivos: desestabilizar o movimento sindical; sabotar as greves e as lutas camponesas no Nordeste; coletar informações sobre o sindicalismo brasileiro; bombardear a luta pelo controle da remessa de lucros para os EUA e contra a imperialismo ianque; formar um núcleo de dirigentes sindicais de direita; preparar o clima para o golpe militar de 64. Em cerca de um ano, o ICT treinou aproximadamente 12 mil "sindicalistas" — alguns destes inclusive fizeram cursos especiais de três meses no *Front Royal Institute*, na Virgínia (EUA), com tudo pago.

Essa ação conspiratória trouxe resultados positivos para o imperialismo ianque. William Doherty, diretor executivo do Iadesil, chegou a se gabar poucos dias após o golpe pelo seu trabalho no Brasil. Segundo afirmou numa palestra, alguns dos sindicalistas brasileiros treinados pelo ICT-Iadesil "foram tão ativos que se tornaram intimamente envolvidos em algumas das operações clandestinas da revolução antes de seu acontecimento em 1º de abril. O que houve em 1º de abril não ocorreu por acaso — foi planejado — e planejado com meses de antecedência. Muitos dos líderes sindicais, alguns deles em verdade treinados em nosso instituto, estavam envolvidos na revolução e na derrubada do regime de João Goulart".

A prática de Medeiros

Vejamos a atuação nefasta do "sindicalismo de resultados" dentro do maior sindicato operário da América Latina - o Sindicato dos Metalúrgicos de SP, que aglutina uma base de 370 mil metalúrgicos, com um quadro associativo em torno dos 130 mil operários.

Contra a Unidade • Medeiros prega a luta fábrica por fábrica. Desde que tomou a presidência do Sindicato nunca mais levou a categoria a lutas unitárias contra o arrocho salarial. A base do "sindicalismo de resultados" é não deixar a classe unificada enxergar o seu poderio e sua força.

No entanto, no plano econômico imediato, geralmente depois de fechar acordos ruins para o conjunto da categoria, deflagra greve por fábrica, uma isolada da outra, para dar aos operários algumas migalhas.

Contra a Organização Independente dos Trabalhadores • A categoria metalúrgica, pela importância que ocupa na produção e pelo seu grande número, é a parcela mais avançada do operariado. Tem desencadeado grandes lutas em todo o país.

O avanço do nível de consciência dessa categoria tem feito o "sindicalismo de resultados" tomar atitudes pseudo-organizativas dentro das fábricas. Medeiros afirma ter 5.000 delegados sindicais nas empresas. O que ele não diz é que todos foram indicados pela direção do sindicato, ou por ele mesmo, sem a votação democrática dos operários.

Contra a Democracia e a Liberdade Sindical • Nos últimos dez anos o movimento sindical avançou em força e organização. As assembleias, os encontros, os congressos têm ajudado a classe a exercitar a democracia e a avançar em seu nível político. Dentro deste contexto, Luiz Medeiros tem feito arremedo de democracia no Sindicato dos Metalúrgicos de S. Paulo. Nas assembleias ninguém fala, a não ser o próprio Medeiros. Nos encontros e cursos sindicais só participam os delegados escolhidos a dedo, que estejam absolutamente de acordo com Medeiros. Nos Congressos os delegados são indicados por Medeiros e a oposição não entra. Para garantir a "ordem", capangas armados espancam, ferem e até matam membros da categoria.

O 9º Congresso dos Metalúrgicos, realizado em julho de 89, foi exemplo dessa política. A oposição e as comissões de fábrica autênticas foram impedidas de participar do congresso a tiros e pauladas. Dias depois, um operário foi assassinado na porta da fábrica pelo funcionário do Sindicato conhecido como Messias.

Contra as Reivindicações Históricas da Classe Operária • Medeiros jogou duro contra as 40 horas e a estabilidade na Constituição. Medeiros e Magri juntaram-se à FIESP e ao governo para fazer lobby junto ao *Centrão* - grupo de parlamentares de direita que inviabilizou uma Constituição democrática e progressista -, para impedir que essas reivindicações fossem incorporadas pela Constituição. O "sindicalismo de resultados" também obteve sucesso ao trabalhar contra o 14º salário e maiores benefícios para os aposentados.

O Reinado de um Gangster Sindical • Medeiros desfere golpes de mestre contra os trabalhadores. Pretende construir com o dinheiro dos metalúrgicos um império onde ele seja o único rei. A centralização das decisões e a nulidade do restante da diretoria chamam atenção. Tudo se constrói e se dá em torno de um único personagem - Luis Antonio de Medeiros.

A unificação nacional dos trabalhadores da área de educação

Maria José Rocha Lima *

Professores, supervisores, orientadores educacionais e funcionários de escolas públicas têm, agora, uma única entidade sindical nacional. A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) foi consolidada em congresso realizado entre os dias 25 e 28 de janeiro, em Aracaju (SE), que reuniu 1.500 delegados de todo país, coroando um longo processo de discussão e luta travado pelos educadores brasileiros.

A consolidação da CNTE constitui mais uma experiência vitoriosa de organização sindical por ramo de atividade econômica. Com a incorporação à antiga Confederação dos Professores do Brasil (CPB) do pessoal técnico e de apoio administrativo, além dos especialistas, a representação da nova entidade, a CNTE, abarca um universo de mais de dois milhões de trabalhadores em educação. Isto representa que os assalariados do setor ganham maior força e que encaminharão de forma unificada as suas lutas no confronto com os patrões e os governos. Também criam-se condições para o rompimento com o corporativismo reinante nas entidades brasileiras a partir, sobretudo, de fragmentação imposta pela ditadura do Estado Novo.

Além desse aspecto, a unificação questiona a divisão tecnicista do trabalho na escola, que separa planejadores e executores, impedindo a visão global do processo educacional. A fragmentação das

funções inibe a intervenção dos trabalhadores e impossibilita o florescimento de novas idéias.

A retomada das lutas e o congresso que aprova a entidade sindical única

Se as décadas de 60 e 70 foram marcadas pelo imobilismo e pulverização das entidades, como consequência da política repressiva da ditadura militar, a retomada das lutas em 78 aponta para a necessidade de unificação dos trabalhadores no sentido de encaminhar as campanhas, realizar greves e democratizar a sociedade brasileira. No caso específico dos educadores, uma das questões fundamentais dizia respeito à democratização da escola pública, através das eleições diretas para diretores, elaboração de regimentos e criação de grêmios livres e colegiados.

Com o fim do regime militar, as conquistas democráticas criam novas condições para o avanço de organização. Verifica-se um certo rompimento com o ciclo do medo em todo o país e instala-se um clima de participação. Cresce o número de eventos - seminários, encontros, congressos etc. - e as greves se alastram. Nessas experiências, os diversos segmentos de trabalhadores atuam unificadamente e percebem a necessidade da superação do isolamento das categorias no sentido de enfrentar os governos, de maneira mais eficiente.

Embora a proposta estivesse em discussão desde 79, somente em 89, durante o XXI Congresso Nacional dos Professores foi aprovada a unificação e criou-se um fórum integrado pelas entidades representativas dos segmentos da área de educação (Fenase, Fenae e Conafep), coordenado pela CNTE (ex-CPB), responsável pela elaboração de um estatuto único e organização do congresso extraordinário de Aracaju.

Em Aracaju, foram realizados três congressos: dos supervisores (dirigido pela Fenase), dos orientadores (pela Fenae) e o extraordinário de unificação. Concluídas as discussões, as entidades se dissolveram e se fundiram numa só entidade — a CNTE. A Coordenação Nacional dos Funcionários de Escolas Públicas (Conafep) decidiu, em reunião, também se incorporar à Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação.

Professores renovam as associações e investem nas lutas da categoria

Durante a década de 50, entidades estaduais de professores primários realizam três congressos nacionais. Em 1960, com a participação de entidades de 11 estados - Bahia, Rio Grande do Sul, Amazonas, Goiás, Guanabara, Minas Gerais, São Paulo, Pernambuco, Rio de Janeiro, Acre e Ceará -, é fundada, em Recife, a Confederação dos Professores Primários do Brasil.

* Maria José é presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Bahia (APLB) e vice-presidente da CNTE - região Nordeste II. Também colaboraram na elaboração do artigo Miguel Lucena, diretor da Federação Nacional dos Jornalistas, e Gilmar Medeiros, assessor de imprensa da APLB. Agradecimentos: Edi Ventura, estudante de sociologia e funcionária da APLB, Rui Oliveira, secretário-geral da APLB, e Alba Correia, vice-presidente nacional da CNTE e presidente do Sinteal.

O período que compreende a década de 60 e o início dos anos 70 se caracteriza como uma fase de organização e consolidação da entidade em nível nacional e articulação internacional. Manteve-se, até aqui, omissa em relação aos problemas políticos do país, num dos momentos mais críticos da nação. O golpe militar de 64 ocorre no mesmo momento em que se realiza o congresso da CPPB que, estranhamente, discute, em meio às turbulências, a "Influência do Professor na Compreensão Internacional".

Um ano após o golpe, estudantes e outras entidades de educação lutavam contra o acordo Mec-Usaid, e os democratas e patriotas eram presos. A CPPB, por sua vez, discutia "O Papel das Associações dos Professores no Planejamento da Educação". De 73 a 78, ela se amplia e se transforma na Confederação dos Professores do Brasil.

Agora, participam da entidade não só os professores primários, mas os educadores de outros níveis de ensino. A mudança, entretanto, não altera a situação de imobilismo em que se encontrava a CPPB, comportamento extremamente contraditório com o clima de inquietação que vivia o país.

A partir de 78, as mobilizações organizadas pelas entidades estaduais levam os professores a realizar greves, também influenciados pelas paralizações vitoriosas do ABC paulista. Como consequência, a CPB enfrenta uma crise interna. Ficava patente, cada vez mais, a necessidade de se posicionar frente aos movimentos grevistas que eclodiam em todo o país.

Emerge desses movimentos uma Articulação Nacional que criticava o imobilismo da CPB. Há uma repercussão no meio da confederação, fazendo com que em 79 fossem modificados os seus estatutos, assegurando a representação de todos os presidentes de entidades estaduais no seu conselho, e não mais nove membros eleitos pela assembleia de delegados como anteriormente. Foi reduzido o mandato da diretoria de seis para três anos, atrelando para seu interior maior número de entidades filiadas. A Articulação Nacional, formada pela vanguarda do professorado, apresentava duas vertentes na concepção de organização sindical: a que defendia a intervenção vigorosa

na CPB, para transformá-la numa entidade combativa, democrática e unitária; e a que propunha a criação de uma nova entidade nacional paralela.

Assim, é criada em 1981 a União Nacional dos Trabalhadores em Educação (UNATE). Esta entidade, todavia, tem vida curta, tanto pela sua inconsciência no movimento como também pelo processo de fortalecimento da CPB. Esta, pressionada, introduz mudanças profundas nos seus estatutos, aprovando-as no congresso do Ceará. Fortaleceu-se a corrente que defendia a unidade na CPB. Diante desse quadro, em 1982, no congresso de Goiânia, a UNATE é dissolvida.

**Apesar das divergências,
o espírito de unidade
prevalece no movimento.**

O movimento dos professores experimenta um grande impulso com a atuação das forças progressistas. Renovam-se as entidades nos estados e suas práticas sindicais. Até mesmo as diretorias mais atrasadas se reciclam diante da exigência do movimento, que assume nova dinâmica. Os professores se posicionam criticamente em relação ao regime militar e passam a exigir a revogação das leis de exceção, não pagamento da dívida externa, reforma agrária e extinção do modelo concentrador de renda, e cobram a definição de uma nova política salarial. Retoma-se a luta pelo ensino público e gratuito em todos os níveis, o fim dos subsídios para a escola particular e mais verbas para a educação.

A polarização dos congressos nos cinco anos seguintes dá-se em torno de filiação, ou não, da CPB à CUT. Essa discussão secundarizava, na verdade, a questão principal - unidade sindical x plurisindicalismo - uma vez que a imposição dessa filiação se constituía numa ameaça à unidade da Confederação - formada por entidades de base, politicamente autônomas e contrárias à integração à qualquer central sindical naquele momento. As centrais, nessa ocasião, não conseguiam traduzir para a categoria o seu verdadeiro caráter e papel.

As entidades contrárias à filiação não admitiam a divisão e defendiam, intransigentemente, a reunificação do movimento sindical brasileiro. Em 88, num clima de tensão, a CPB foi filiada à CUT, num processo antidemocrático em que se verificou a adulteração de atas e a eliminação de 121 delegados da "Articulação na CPB". Ainda em Brasília, cria-se um impasse político: a soberania do movimento é aviltada, a democracia golpeada e 18 das 31 entidades afiliadas ameaçam se retirar do congresso.

Esse resultado poderia significar a implosão da CPB, não fora a concepção de unidade da articulação como questão de princípio. A manutenção dos delegados no congresso cria as condições para a transformação da CPB na Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE.

Mesmo com as dificuldades vivenciadas, os trabalhadores em educação são, hoje, o segmento mais organizado do funcionalismo público no país. Após a promulgação da Constituição, em 88, 20 associações reformularam seus estatutos, transformando-se em sindicatos, embora apenas nove tenham conseguido aglutinar todos os segmentos que trabalham na escola. Esse processo foi iniciado pela ex-Associação dos Professores de Alagoas (APAL), hoje Sinteal, seguida da Associação dos Professores Licenciados da Bahia (APLB) e pelo Centro dos Professores de Goiás. No Congresso de Aracaju, foi recomendado às entidades o desenvolvimento do processo de unificação nos estados, que deverá ser coroado no próximo congresso, em 91.

A experiência de unificação significa um avanço no quadro de organização das entidades sindicais brasileiras. Ela enfrenta problemas cruciais do sindicalismo - como o corporativismo - e cria condições para a superação do economismo e apolitismo. É dialética porque reflete a dinâmica e o acúmulo de experiências históricas do movimento. Por ser assim, não pode ser vista como algo acabado, mas como algo que deve ser vivido e refletido em toda a sua plenitude. Ela nos desafia com problemas que precisam ser resolvidos, a exemplo da desarticulação existente com a rede particular de ensino e as diversas formas de organização nos estados.

Salário dos educadores: uma vergonha nacional

A falta de uma política governamental que priorize a educação brasileira deixa mais de dois milhões de trabalhadores do setor numa situação de penúria. A grande maioria recebe abaixo do mínimo, chegando em alguns casos — como na cidade de Boquira, interior da Bahia — a perceber, mensalmente, 1/9 desse salário.

Os trabalhadores em educação não têm, também, um piso profissional unificado, e que possibilita uma variação muito grande en-

tre os estados e os municípios. Tramita no Congresso Nacional o projeto-lei nº 1.880, de autoria do deputado Gumercindo Milhomem (PT-SP), que fixa o piso para o Magistério em um salário mínimo do DIEESE e, para os funcionários de escolas, 60% do valor desse piso para uma jornada de 30 horas.

O gráfico abaixo revela a situação parcial dos salários do Magistério brasileiro. Os dados são de dezembro de 1989:

REDE ESTADUAL					REDE MUNICIPAL/CAPITAL			
UF	2º GRAU	L. CURTA	L. PLENA	C/H	2º GRAU	L. CURTA	L. PLENA	C/H
AC	758,25	1.010,99	1.179,49	40	758,25	1.010,99	1.179,49	40
AL	194,58	229,48	356,18	20	—	—	—	—
AM	1.182,27	1.440,00	1.594,00	20	—	—	—	—
AP	—	—	—	—	—	—	—	—
BA	780,18	1.051,81	1.315,47	20	1.185,02	1.422,04	1.659,08	20
CE	541,40	723,53	901,92	20	—	—	—	—
DF	2.651,61	3.312,15	7.819,25	20	2.651,61	3.312,15	7.819,25	20
ES	1.700,82	2.069,31	2.420,79	25	1.858,79	2.735,00	3.478,00	30
GO	1.049,45	1.469,22	1.983,45	20	788,18	788,18	788,18	20
MA	1.261,40	1.426,64	1.500,08	20	1.005,63	1.407,85	1.810,10	20
MG	1.037,78	1.212,51	1.947,51	20	2.574,19	—	4.793,04	30
MS	778,00	836,00	1.114,00	20	893,24	1.522,21	1.748,12	22
MT	1.745,37	2.018,00	3.228,00	40	—	—	—	—
PA	—	—	—	—	—	—	—	—
PB	458,00	763,00	916,00	40	323,64	346,84	414,12	30
PE	1.443,78	1.519,77	1.840,50	30	—	—	—	—
PI	858,00	925,20	1.121,20	20	791,01	923,73	1.030,89	20
PR	1.060,49	1.367,70	1.727,49	20	—	—	—	—
RN	789,60	1.264,80	1.843,20	40	3.100,80	3.818,40	4.178,40	40
RJ	1.059,30	1.860,42	1.328,80	20	1.337,43	1.495,71	1.677,86	20
RO	821,02	854,98	1.197,41	20	—	—	—	—
RR	3.380,20	3.887,32	4.469,41	20	—	—	—	—
RS	927,12	1.205,26	1.715,17	20	—	—	—	—
SC	2.610,58	3.030,58	3.471,48	40	879,43	1.177,39	1.475,54	20
SE	1.929,45	2.230,43	2.679,81	40	—	—	—	—
SP	1.779,47	1.961,86	2.162,96	20	—	—	—	—

A marginalização dos trabalhadores nos meios de comunicação

Dennis de Oliveira e Juarez Tadeu *

Os meios de comunicação de massa, principalmente a TV, são poderosos instrumento para dissiminação da ideologia dominante. Neles o trabalhador não tem vez. Através de técnicas avançadas, a burguesia manipula as informações, procurando envenenar as mentes. O artigo abaixo analisa essa importante questão, enfatizando a necessidade do sindicalismo se dedicar mais à batalha no campo das idéias.

* Dennis de Oliveira é assessor de imprensa do Sindicato dos Químicos de Guarulhos e pesquisador de Comunicação Sindical da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Juarez Tadeu é assessor de imprensa do Sindicato dos Securitários de São Paulo e pós-graduando na Escola de Comunicações e Artes da USP.

Do ponto de vista publicitário, a televisão é o meio de comunicação por excelência. Esta foi a conclusão do Seminário "O Negócio da Comunicação", realizado no dia 4 de dezembro de 1989, promovido pela revista Imprensa e a Rede Globo. Os dados apresentados no Seminário mostram que 55% do montante de recursos investidos em publicidade, estimados em 2 bilhões de dólares, são absorvidos pela televisão. O restante é dividido entre outras mídias, rádio, jornal, revista.

Neste grande negócio que se tornaram as emissoras privadas de televisão, o telejornalismo é um tipo de programação que rende mais prestígio que dinheiro. A qualidade da

informação prestada é, no mínimo, duvidosa, pautando-se mais pela distorção que pela veracidade dos fatos. Isto fica mais evidente quando se observa a cobertura dos movimentos populares e sindicais. Entre os fatos destes movimentos e as versões dos telejornais há uma grande distância.

Esta distância é percebida pelo telespectador quando este tem uma participação efetiva nos movimentos populares-comunitários, sociais e, especialmente, no movimento sindical - que também são canais de informação. O movimento sindical, apesar de ainda ter uma atividade tímida na área de comunicação, avançou significativamente nos últimos cinco anos nos meios impressos - jornais, boletins, etc. Como fruto desta experiência, investe em outros meios de comunicação como a televisão (veja box).

Jornais diários despencam e a TV atinge mais de 70 milhões de pessoas

A importância da televisão no Brasil pode ser medida pelo seu alcance. Enquanto a tiragem média dos jornais diários despencou de 10,6 exemplares por habitante em 1950 para 3,5 exemplares/habitante em 1980, a televisão atingia, em 1983, 24 milhões e 578 mil domicílios, o que equivale



A TV Globo tentou esconder as manifestações pelas diretas-já.

a uma audiência de 71 milhões e 389 mil pessoas. Em contrapartida, a tiragem total dos jornais diários naquele ano não superava a casa dos 2 milhões.

Mais um dado que demonstra a crescimento da televisão: a Rede Globo, com apenas 25 anos de existência, montou uma estrutura que agrupa 70 emissoras em todo o país com cerca de 15 mil funcionários. É a quarta maior rede do mundo, sendo superada apenas pelas norte-americanas NBC, CBS e ABC.

A estratégia para atrair público e para informá-lo de maneira distorcida

Na estrutura da televisão, a estratégia é colocar o telejornal entre os programas de maior audiência, para manter o fluxo. Desta forma, é possível demonstrar força como programa para extrair prestígio tanto da parte do público como das autoridades governamentais. Esta foi a estratégia utilizada pela Rede Globo quando lançou em 1º de setembro de 1969 o jornal Nacional, entre duas novelas.

No dia 18 de novembro de 1989, no editorial do jornal Nacional, o locutor Cid Moreira forneceu um dado que comprova o sucesso desta estratégia: durante a apuração das eleições, a Rede Globo chegou a ter uma audiência de 80% dos aparelhos ligados, desde o dia 15 de novembro. Este fato por si só demonstra a força política e social do telejornal da emissora.

Nos anos 70, os programas informativos de Rede Globo eram boletins oficiais do regime. Nesta linha de programação, destacava-se o tom ufanista próprio da época do "milagre brasileiro", o programa "Amaral Neto, o Repórter". Um pronunciamento feito em 1973 pelo então presidente, General Emílio Garrastazu Médici, sintetiza a programação jornalística da emissora na época: "Sinto-me feliz todas noites quando ligo a televisão para assistir ao jornal. Enquanto as notícias dão conta de greves, agitações, atentados e conflitos em várias partes do mundo, o Brasil marcha em paz, rumo ao desenvolvimento. É como se eu tomasse um tranquilizante após um dia de trabalho."

Em 1978, o próprio presidente das Organizações Globo, Roberto Marinho, censurou pessoalmente a greve dos metalúrgicos do ABC. Em 1983, atendendo à recomendação do governo, a emissora não noticiou a preparação da greve geral nacional, marcada para o dia 12 de julho. E em 1984, a emissora ignorou os primeiros grandes comícios pelas eleições diretas, postura



só rompida após o crescimento do movimento.

Num contexto em que não mais prevalece a censura do Estado, foram desenvolvidos outros mecanismos de controle e distorção da informação.

O modelo global de manipulação das informações na TV

O surgimento do Jornal Nacional, que coincidiu com o endurecimento do regime militar, inaugurou uma nova forma de se fazer telejornal. A partir daquele momento iniciou-se a transmissão em rede nacional, consolidou-se o modelo de apresentação da informação em curtos segmentos e criou-se uma obsessão tão grande em mostrar o que está ocorrendo, que chega-se ao ponto de quase eliminar a informação, onde dados de apoio ajudariam o espectador a localizar-se e a ter uma visão geral da informação. O estilo de apresentação requintado e pretensamente objetivo e imparcial, efeitos especiais e tapes com importância decisiva, extensão dos assuntos abordados abrangendo todo o território nacional e o exterior, são outras características deste que podemos chamar de **modelo padrão de telejornalismo**. O modelo foi copiado pelos demais telejornais de outras emissoras.

Além deste modelo, outros mecanismos mais sofisticados foram adotados. O surgimento do videotape possibilitou o desenvolvimento de uma sofisticada técnica de edição (montagem) e de manipulação da informação (onde os movimentos populares, particularmente o movimento sindical, aparecem de forma criminalizada).

A mulher do povo, disposta a lutar por mudanças, não tem vez na televisão



Técnicas avançadas a serviço da divulgação da ideologia burguesa



Mesmo trabalhando com fatos reais, há a possibilidade de manipulação da informação. O comportamento da Rede Globo na apuração dos votos do 1º turno das eleições presidenciais de 1989, que causou grande polêmica, baseou-se em números reais, mas parciais. A emissora omitiu o fato de que os votos computados inicialmente procediam de regiões onde o candidato da Frente Brasil Popular, Luiz Inácio Lula da Silva, levava desvantagem, enquanto nas regiões onde ele recebia boa votação a apuração estava mais lenta. Além de não informar este fato, a emissora omitiu a metodologia da computação, negando-se a projetar os resultados finais baseados nos números que dispunha.

Outros exemplos podem ser citados no que refere a manipulação da informação através da técnica de edição. No sábado após a realização do último debate dos candidatos do 2º turno das eleições presidenciais, o Jornal Nacional apresentou, de forma resumida, os pontos mais importantes discutidos. Um tema era levantado para se checar as respostas dos dois candidatos. Nas respostas do presidente eleito, Fernando Collor de Mello, a edição apresentou os pontos centrais de sua proposta, onde seu discurso aparecia coerente e seguro. Já na edição das intervenções do candidato Lula, as respostas não pareciam coerentes nem seguras, tentando passar a idéia de que o programa de governo do então candidato Fernando Collor tinha mais consistência.

Além desta técnica de manipulação via edição, há a manipulação implícita que se opera no subconsciente. Durante a realização de uma passeata de mulheres de operários em São Bernardo, a notícia desta manifestação pacífica foi veiculada de forma breve. Em seguida, o telejornal mostrou uma ampla matéria, com farto material vi-

sual e recursos gráficos, sobre uma pasta de operários da construção civil na França que havia degenerado em saques e confronto com a polícia. Não foi noticiado que os distúrbios registrados ocorreram pela infiltração de provocadores, denúncia feita pelos trabalhadores. O objetivo do telejornal era tentar fazer com que a paralisação que ocorria naquele instante na região do ABC caísse em descrédito junto a população.

Finalmente, como forma de manipular com fatos verídicos temos a banalização da informação. O exemplo mais claro disto é o programa "Fantástico" veiculado aos domingos à noite na Rede Globo. A estratégia deste programa é mesclar as notícias com apresentações musicais ou notícias amenas, buscando por um lado, quebrar a possibilidade de análise global do contexto social por parte do telespectador, devido a fragmentação da informação, e, por outro lado, quebrar a tensão resultante do noticiário. A música, os quadros humorísticos e o noticiário leve servem como tranquilizante do espectador. Por exemplo, a cobertura sobre a fome na Etiópia é sucedida por um musical ou quatro humorístico. A distorção que isto opera na consciência das pessoas faz com que haja uma comoção geral pela morte da personagem Odete Rothmann, da novela das oito, porém a mesma reação não acontece quando se noticia a morte de milhares de pessoas pela fome ou pela repressão de governos autoritários como o da África do Sul.

O trabalhador não tem vez na televisão controlada pelos patrões

Este conjunto de técnicas faz com que os trabalhadores em situação de conflito com os patrões apareçam nos telejornais na condição de bandidos. Esta imagem criada pela TV serve para reforçar as idéias dos patrões, do governo e das instituições jurídicas. Na greve dos metalúrgicos do ABC em 1989, o presidente do sindicato, Vicente de Paula, foi indiciado pela política federal como "organizador de quadrilha".

Aos trabalhadores não se dá o direito de exporem pessoalmente seus pontos de vista. Seus argumentos são apresentando de forma rápida, resumida e parcial, "in off" pelos locutores. Em contrapartida, dá-se todo o espaço para os representantes patronais e autoridades governamentais. É comum em época de paralisação enfatizar-se os prejuízos que ela acarreta para a sociedade, responsabilizando os grevistas por eles, como observou o professor e jornalista Carlos Eduardo Lins da Silva.

Sindicatos devem lutar pela democratização dos meios de comunicação

A forma de reverter a situação de criminalização dos trabalhadores nos meios de comunicação de massa, em especial a televisão, é a ação política e social decisiva dos segmentos organizados da sociedade (partidos políticos, sindicatos, entidades populares) no sentido de conquistar a democratização dos meios de comunicação, de criar mecanismos sociais de controle das informações produzidas e veiculadas por eles.

Monopólio do rádio

Em linhas gerais, são três as fases do desenvolvimento da radiodifusão no Brasil: 1º) introdução da tecnologia; 2º) criação de um grande sistema nacional de telecomunicações desenvolvido e controlado pelo Estado; 3º) internacionalização dos meios de comunicação de massa em decorrência da internacionalização da economia.

Estas três fases são determinadas pela pressão das potências internacionais na perspectiva de criar uma tendência "modernizadora" das relações capitalistas no Brasil, o que impõe um perfil empresarial, tecnológico e político para as empresas de comunicação no país. Tudo isto é amparado num sistema jurídico especial que o mantém atrelado ao Estado.

A intervenção do capital estrangeiro no sistema de comunicação se dá através de duas vias: a publicidade das multinacionais e a associação de grupos multinacionais com empresas brasileiras de comunicação - exemplo o acordo Globo/Time-Life.

Esta intervenção dos recursos privados possibilitou a submissão de um recurso natural de domínio público - as faixas de frequência de radiodifusão - a interesses privados. Como prova disto, temos o Código Brasileiro de Telecomunicações que se omite na definição de princípios que orientam o uso privado deste recurso público.

Como resultado deste desenvolvimento histórico, a televisão brasileira está organizada de forma a atender uma economia dominada por oligopólios, aprofundando o caráter concentrador do modelo econômico, na medida em que os seus custos a tornam privilégio de um pequeno número de empresas e uma mídia vantajosa apenas as empresas de dimensão nacional, devido a concentração das emissoras em redes nacionais.

Experiência da TV-T

Inicialmente o projeto da TV dos Trabalhadores (TV-T), do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, tinha como objetivo resgatar a memória das lutas e ser um instrumento de apoio na formação política, sindical e cultural da categoria. Com o tempo, o projeto foi ampliado. Hoje, apesar de suas limitações, ele se propõe a ser um instrumento questionador do sistema de concessão de estações de rádio e TV.

O secretário geral do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, Manoel dos Santos Barbosa, responsável pela TV-T e pelo departamento de vídeo da entidade, relatou a experiência para a Debate Sindical.

DS: Quando surgiu a idéia da TV dos Trabalhadores?

Manoel Barbosa: A experiência começou em 1984, inicialmente com o objetivo de resgatar a memória das lutas dos operários e ser um instrumento de apoio na formação da categoria. A constatação de que os grandes meios de comunicação de massa impedem o acesso dos trabalhadores às verdadeiras informações, manipulam a opinião pública a favor do patronato, levou a gente a desenvolver o projeto que deu na criação de uma produtora independente do sindicato, a TV dos Trabalhadores. No sindicato ficamos com um departamento de vídeo para trabalhos locais.

DS: Vocês chegaram a tentar uma concessão de canal?

Manoel Barbosa: Em 1988, tentamos a concessão de uma estação de rádio. Tínhamos toda a estrutura técnica e as formalidades exigidas pela legislação. Porém, fomos barrados por aspectos políticos. Foi nesta época que o Sarney distribuiu várias emissoras de rádio e televisão para os seus apadrinhados na Constituinte. Agora, estamos discutindo se a longo prazo vale a pena batalhar por um canal de UHF.

DS: Quais foram os principais frutos deste trabalho?

Manoel Barbosa: Produzimos várias fitas. Uma retratando a greve geral de 1986, feita em conjunto com outros sindicatos do Brasil. Temos outra retratando os conflitos com a polícia na greve da categoria em 1989, intitulado "A Batalha de Piraporinha". Temos outras sobre CIPAs, apresentação do sindicato, congressos da CUT. Estamos produzindo uma sobre a história das Comissões de Fábrica. Estas fitas estão à disposição dos associados e também emprestamos para outros sindicatos. Agora, o principal fruto foi que a TV-T tornou-se uma referência para a categoria, nos congressos e outros eventos que a produtora cobre.

DS: Você acha que a utilização do vídeo no movimento sindical vem crescendo?

Manoel Barbosa: Temos verificado muitas iniciativas de outras entidades. A gente acha que cada vez mais o vídeo passa a ser um instrumento fundamental no trabalho dos sindicatos. Neste sentido, a TV-T tem por objetivo também procurar estimular outras entidades a trabalharem com o vídeo, buscando criar uma espécie de rede de comunicação alternativa.

Os recentes estudos realizados sobre a recepção da mensagem da televisão pela sociedade apontam que os segmentos organizados são os que desenvolvem o maior senso crítico e de questionamento tanto do ponto de vista técnico, como do conteúdo da informação.

O jornalista Daniel Herz, no seu trabalho sobre o monopólio da Rede Globo, fez uma crítica que pode ser extensiva aos demais monopólios da área de comunicação. Para ele, a manutenção da atual estrutura da televisão possibilita que as novas tecnologias desta modalidade de comunicação ampliem o poder de manipulação dos monopólios. "Exatamente por isto, este é o momento dos profissionais da área, das forças populares e de todos os setores democráticos reconhecerem os prejuízos que sofrem com a existência da Globo e com o controle monopolista e ilegítimo dos meios de comunicação de massa. Mais do que isto, este é o momento de ir além da crítica e mostrar que existem alternativas para a efetiva democratização dos meios de comunicação de massa. Esta é uma tarefa histórica e inadiável". - conclui.



A ação dos comunistas no movimento sindical a partir da década de 30

José Carlos Ruy *

A série abordando a história das correntes sindicais no Brasil prossegue nessa edição com a segunda parte do artigo sobre a atuação dos comunistas. O texto analisa um período bastante rico do sindicalismo brasileiro - da década de 30 aos dias atuais. Debate Sindical já publicou artigos sobre a trajetória do anarquismo, do peleguismo e do reformismo. Também deverão ser contemplados o sindicalismo cristão e o trotsquismo.

Na primeira metade dos anos 30, o sindicalismo brasileiro estava dividido em várias facções - anarquistas, socialistas, comunistas, trotskistas — às quais se juntaram os “ministerialistas” que surgiram na época, incentivados pelo esforço que o Estado nascido da Revolução de 1930 fez para submeter o movimento sindical a seu controle.

Os primeiros anos da década foram de luta entre os sindicatos livres e o governo. As entidades operárias independentes não aceitavam os decretos sobre a sindicalização (decretos 19770, de 1931, e 24694, de 1934), mas, apesar disso, crescia o “número de associações organizadas conforme a legislação sindical” (1), dirigidas por sindicalistas ligados ao Ministério do Trabalho ou que aceitavam sua tutela. Os sindicatos livres, porém, continuavam a desafiar a orientação do governo; os comunistas, por exemplo, mantiveram em funcionamento a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), que haviam fundado em 1929 e existiu até 1936. Depois de 1934, com a liberdade e autonomia sindical garantidas pela nova Constituição (promulgada naquele ano), a influência sindical dos comunistas cresceu, e a busca de unidade e autonomia representava um novo enfrentamento com as determinações governamentais. Nesse ano, o partido organizou um Congresso de Unidade Sindical, com representantes de 300 sindicatos de todo o país; em 1935, organizou a Confederação Sindical Unitária do Brasil num congresso com 400 delegados de 11 estados (2).

A derrota da ANL e a violência do Estado Novo de Getúlio Vargas

1935 foi um marco na luta dos comunistas e democratas contra a fascistização do país. No esforço de ligar o movimento operário à luta política democrática, o Partido Comunista uniu-se, no ano anterior, a outros setores de esquerda e democráticos numa frente ampla antifascista. Em janeiro de 1935, começaram as articulações para a formação da Aliança Nacional Libertadora, “frente única revolucionária anti-imperialista e anti-feudal, que lutava por um governo popular e que chegou a congregar em suas fileiras amplas massas populares do país inteiro, e os mais variados elementos sociais, desde o proletariado até a burguesia nacional” (3). Ela surgiu num momento de endurecimento político crescente, marcado pela decretação da Lei de Segurança Nacional (4 de abril) e pelo próprio fechamento da ANL, pelo governo, em julho, e ela passou a atuar na ilegalidade.

Em novembro de 1935, ocorreu o Levante da ANL, que foi rapidamente derrotado pelo governo. As articulações entre Getúlio Vargas e os chefes militares contra o regime democrático, conspiração iniciada muito antes do Levante, vinham pelo menos desde a promulgação da Constituição de 1934, que restringia os poderes do presidente da República. Em 1937, um golpe militar rasgou aquela constituição e deu origem ao Estado Novo.

O regime ditatorial então iniciado teve um efeito nefasto no movimento operário. Nos anos seguintes, o Partido Comunista foi praticamente dispersado, reduzido a apenas três núcleos expressivos — São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia. No começo dos anos 40, porém, o partido começou a renascer; já em 1940, apareceram nos sindicatos as comissões de ajuda ao esforço bélico. Com a derrota do nazismo na segunda guer-

* Jornalista. Trabalhou nos jornais **Movimento e Retrato do Brasil**, é colaborador no jornal **A Classe Operária** e funcionário da Editora Globo.

ra mundial, a situação começou a mudar. O Estado Novo entrou em crise e o Partido Comunista passou a atuar de forma ostensiva; uma de suas primeiras iniciativas foi a rearticulação do movimento sindical independente: em 30 de abril de 1945, foi fundado o MUT - Movimento Unificador dos Trabalhadores, apoiado por 300 dirigentes sindicais de 13 Estados. Seu manifesto pedia "a mais ampla liberdade sindical"; a soberania das assembléias sindicais, sem a presença obrigatória de um representante do Ministério do Trabalho; eleição e posse dos dirigentes sindicais independente da aprovação pelo governo; autonomia administrativa para os sindicatos, etc (4).

Nos meses seguintes, ocorreram vários congressos estaduais e, em setembro de 1946, aconteceu o Congresso Sindical dos Trabalhadores do Brasil, com 2 mil delegados, onde houve o primeiro confronto entre comunistas, trabalhistas e sindicalistas independentes, de um lado, e os pelegos do ministério do Trabalho, do outro. Por proposta do Partido Comunista, foi criada então a Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil.

No período da crise do Estado Novo, o prestígio lendário do Partido Comunista — reflexo de sua atuação nos anos 30, principalmente das lutas da ANL — foi reforçado pelo imenso prestígio internacional da URSS, principal responsável pela derrota do nazi-fascismo na guerra. O crescimento do partido foi notável. Passou rapidamente dos minguados 100 militantes de 1942 para 50 mil em 1945 e quase 200 mil em 1946.

O desvio reformista desarma a classe operária e Dutra dá o golpe

Naquela conjuntura, o partido defendia uma política claramente de conciliação de classes: "por intermédio das organizações sindicais a classe operária pode ajudar o governo e os patrões a encontrar soluções práticas, rápidas e eficazes para os graves problemas econômicos de hoje", defendia Luiz Carlos Prestes, secretário-geral do Partido Comunista, em 1945 (5). Essa orientação, de fundo oportunista, estava baseada na idéia de que, "com a derrota do nazismo, surge uma nova época, de desenvolvimento pacífico, que prescinde da revolução." Dessa forma, o partido ficou despreparado e impotente para enfrentar a conjuntura adversa que logo abateu-se sobre ele (6). Em 1947, o governo do marechal Dutra — no quadro da guerra fria que se estendia pelo mundo,



Greve em 1930: a direção era dos comunistas

opondo os blocos liderados pela URSS e pelos EUA — decretou o fechamento do Partido Comunista e da Confederação dos Trabalhadores do Brasil (7 de maio de 1947). Esse serviço anti-democrático foi completado pelo governo com a intervenção em mais de 400 sindicatos filiados à CGTB, e pela criação do atestado ideológico (fornecido pela polícia) para as eleições sindicais. Durante todo o governo Dutra, além disso, não ocorreram eleições sindicais.

Na ilegalidade, a CGTB orientou os trabalhadores para a fundação de "novas associações profissionais" (7). Essa radicalização era resposta aos ataques que o partido sofria. O manifesto de janeiro de 1948 pregou assim a derrubada do governo pela luta armada e fez a autocritica da atuação anterior, marcada por "sistemática contenção da luta das massas proletárias em nome da colaboração operário-patronal e da aliança com a 'burguesia progressista'" (8).

Em janeiro de 1949, o Informe Sindical e de Massas do partido aprofundou a orientação adotada: "é preciso organizar e unir a classe operária, tendo por base as empresas e os locais de trabalho" e definir "nossa posição em face dos sindicatos controlados" pelo governo (9). A política sindical dos comunistas nessa época tem sido encarada como esquerdista e, em muitos aspectos, essa caracterização é correta. Ela teve, porém, uma virtude que precisa ser reconhecida e valorizada: levou os comunistas ao encontro dos trabalhadores nos próprios locais de trabalho. Levou-os ao aprendizado diário e árduo da organização operária na base, uma experiência que teria enorme valor nos anos seguintes.

A orientação classista foi aprofundada pelo manifesto de agosto de 1950, que propôs a formação de uma Frente Democrática de Libertação Nacional, uma tentativa de romper com o reformismo e orientar o partido para a revolução e a luta armada (10). A eleição de Getúlio Vargas para a presidência da República em 1950 prometia a normalização da vida sindical e o abrandamento da vigilância governamental. Os comunistas divulgaram então um manifesto (em 1951),

chamando os trabalhadores a “ingressar nos sindicatos”, tática ratificada pela Resolução Sindical de Julho de 1952, que recomendou a unidade de ação da classe operária (11). Nesse ano, o atestado ideológico foi extinto pelo Congresso Nacional, facilitando enormemente o renascimento da atividade sindical.

Nessa época — início dos anos 50 — o partido preparava-se para “ampliar e aprofundar sua influência na estrutura sindical oficial”, e incentivou a formação de comissões de fábrica, compostas por 20 a 30 trabalhadores das várias seções das indústrias; mais de 500 delas foram organizadas em São Paulo (12).

Elas facilitaram a eclosão, em São Paulo, da grande greve dos 300 mil, cuja direção teve a hegemonia do Partido. A greve marcou o início de uma etapa nova no movimento operário que, “em São Paulo e em outros estados assumiu maior dinamismo. A Comissão Intersindical de Greve, organismo que rompeu o paralelismo da estrutura sindical imposta, foi um ponto de partida para a unificação da classe. Dela iria se originar o PUI — Pacto de Unidade Intersindical —, primeiro de uma série de entidades como PUA (Pacto de Unidade de Ação), o Fórum Sindical de Debates (este dos operários de Santos), e, finalmente, o CGT (Comando Geral dos Trabalhadores), que se sobrepunham à estrutura sindical oficial e se propunham a dar uma direção unificada e independente ao movimento operário” (13).

A unidade do sindicalismo na luta contra as manobras do imperialismo

O país vivia um momento delicado. O confronto entre os partidários da soberania e independência nacional (os nacionalistas) e os defensores da subserviência aos interesses do imperialismo, particularmente o norte-americano (os entreguistas) criou uma conjuntura onde os setores nacionalistas da burguesia brasileira procuraram se aproximar dos trabalhadores em busca de uma base de massas para a defesa de seus interesses.

Essa conjuntura refletiu-se no interior do Partido Comunista, onde muitos defendiam a tese de que a contradição entre a burguesia e os trabalhadores era, no Brasil, subordinada à contradição entre a Nação e o imperialismo.

Os aliados internos do imperialismo, os setores mais retrógrados da elite brasileira e os chefes militares reacionários articularam-se numa conspiração contra Getúlio, os nacionalistas e a frágil e limitada democracia

da Constituição de 1946. Mas Vargas tirou-lhes uma vitória que parecia certa. Praticamente afastado da presidência pelos generais, ele não vacilou em uma última e genial manobra política: deu sua própria vida em defesa da legalidade constitucional. Os golpistas, naquela madrugada de 24 de agosto de 1954, viram o poder escorrer-lhes por entre os dedos. A morte de Vargas levou multidões às ruas; a conjuntura mudou, e agora não se tratava mais de criticar um governo marcado pela vacilação ante os interesses do imperialismo. A tarefa agora era a da defesa da democracia, contra a elite conservadora e os militares fascistas que a ameaçavam.

O partido conclamou então a união dos setores nacionalistas para a formação de



Comício de Getúlio em 42: governo começa a perder o controle sobre o movimento sindical

uma frente democrática de libertação nacional. Foi o reinício da aliança do Partido Comunista com o Partido Trabalhista Brasileiro, que congregava os sindicalistas getulistas — aliança que fora abandonada no governo Dutra e início do governo Vargas

Luta entre reformistas e revolucionários se acirra no interior do PC

A conjuntura refletiu-se também nas teses aprovadas no IV Congresso do partido, realizado em 1954 — onde, pela primeira vez, o Partido Comunista preparou um programa próprio, que aprofundou a orientação classista dos manifestos de 1948 e 1950 e lançou as bases para uma compreensão científica da sociedade brasileira e as particularidades da revolução e da luta de classes no país. Ao mesmo tempo, ele refletia

o novo período de colaboração de classes que se esboçava. A burguesia nacional não é inimiga — declarou o Programa. “Por determinados períodos, ela pode apoiar o movimento revolucionário contra o imperialismo e contra o latifúndio e os restos feudais” (14).

A luta entre os reformistas e os revolucionários acendia-se no interior do partido, e aprofundou-se nos anos seguintes, particularmente depois de 1956, quando o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética adotou uma orientação claramente revisionista.

Revisionistas abandonam a organização na base e atuam apenas nas cúpulas

Uma avaliação feita anos depois por comunistas que haviam participado daqueles embates diz que, na segunda metade dos anos 50, “a luta de classes foi convertida em colaboração com a burguesia”, e que os reformistas “ajudaram a colocar o movimento sindical em função dos interesses de determinados setores burgueses” (15).

“No quadro de uma aliança de classe sob a hegemonia da burguesia nacional — contrafação da verdadeira frente contra o imperialismo e seus aliados sob a direção da classe operária — as correntes nacional-reformistas, que passaram a predominar no movimento operário, deixaram de lado o aspecto essencial da organização operária na base e de forma independente do atrelamento estatal. Tal tendência refletiu-se logo no refluxo da luta pela autonomia sindical e pela destruição da estrutura sindical corporativista, a qual, ao contrário, o movimento sindical passou a acomodar-se” (16).



Manifestação da CGT em 62: grandes agitações, mas pouca organização na base e visível reboquismo

As correntes nacional-reformistas (os revisionistas e reformistas que permaneciam no Partido Comunista, a esquerda do Partido Trabalhista Brasileiro e setores independentes da esquerda socialista) levaram ao abandono o esforço de formação de comissões de empresa, e passaram a privilegiar as articulações de cúpula para o movimento sindical.

Movimento sindical fica a reboque da burguesia e prega o economicismo

A partir de 1956 — e particularmente depois de 1957 — os revisionistas assumiram o controle do Partido Comunista, e a declaração política de março de 1958 definiu a nova linha. Ela diz que a contradição entre o proletariado e a burguesia “não exige uma solução na etapa atual”, definiu o “caminho pacífico da revolução brasileira” e recomendou os trabalhadores a usarem “as conquistas da legislação social vigente e procurar concretizá-la e aperfeiçoá-la, influenciando no Parlamento com a pressão das massas para a aprovação de novas leis” (17). Isto é, cabia ao movimento operário lutar apenas por objetivos que se mantivessem nos marcos do capitalismo e, longe de ameaçar a sobrevivência desse sistema de exploração, deveriam lutar para aperfeiçoá-lo! Essa é a orientação que, como se pode concluir das palavras de Dinarco Reis, ainda vigora entre os revisionistas brasileiros. Essa tática, disse ele, foi referendada nos V e VI Congressos do partido revisionista, e teve sua formulação mais desenvolvida no “VIII Congresso do PCB, em 1987” (18).

A tensão entre revisionistas e revolucionários continuou na cúpula comunista, como mostra a avaliação crítica feita em 1959 da atuação sindical do Partido. Ela denunciou uma “superestimação do trabalho de cúpula em detrimento do trabalho de base”; a atividade sindical passou a ser tarefa de “especialistas sindicais”, marginalizando os militantes operários; há uma tendência “oportunista de reduzir o movimento sindical à luta pelas reivindicações imediatas e de caráter exclusivamente material, isolando-a da luta política do povo brasileiro” (19).

A opção cupulista teve resultados positivos no sentido de dar ao bloco nacional-reformista o controle das principais federações e confederações sindicais da estrutura oficial.

No começo dos anos 60, aprofundou-se de forma inconciliável a divergência entre os reformistas e os marxistas-leninistas dentro do Partido Comunista, expressa na preparação e nos debates do V Congresso, em 1960, quando os revolucionários criticaram severamente a linha oportunista e o reformismo do Comitê Central, e propuseram uma orientação classista ao Partido. A tendência revolucionária, que vinha dos documentos de 1948 e 1950, e foi aprofundada pelo programa de 1954, começou a ser rapidamente abandonada a partir de 1956/1957, pela facção que tomou de assalto a direção do Partido. Em 1961, sem autorização do Congresso partidário, o Comitê Central publicou novos estatutos excluindo a afirmação de que o partido era orientado pelo marxismo-leninismo e pelo internacionalismo proletário. Isso representava não apenas uma acomodação às exigências da legislação eleitoral para legalizar o Partido Comunista, mas era principalmente um golpe que transformava o revisionismo em política oficial — que se traduzia inclusive na mudança do nome da agremiação dirigida pelos revisionistas que, desde então, passou a chamar-se Partido Comunista Brasileiro.

A reação dos militantes comunistas a essas mudanças foi muito forte, e o grupo de dirigentes marxistas-leninistas convocou então uma Conferência Nacional Extraordinária para fevereiro de 1962, onde o Partido Comunista do Brasil foi reorganizado, fiel à orientação revolucionária cristalizada no programa de 1954.

Adotaram a legenda PCdoB para diferenciar-se do agrupamento revisionista, que ficou com a velha sigla PCB. Nasceu assim a duplicidade de organizações que reivindicam o título de “comunistas” no Brasil.

Revolucionários reorganizam o Partido Comunista do Brasil em fevereiro de 62

Sob hegemonia reformista, o movimento operário assumiu então um papel de destaque na luta pelas reformas na sociedade brasileira, durante o governo João Goulart. Em 1962, foi criado o CGT (Comando Geral dos Trabalhadores), a central sindical cuja existência levou grandes parcelas da elite a se amedrontarem com a perspectiva daquilo que eles chamavam de “República Sindicalista”: o governo federal dominado pelos sindicalistas e seus aliados.

O CGT dirigiu duas importantes greves políticas, na época: em julho e setembro de 1962. A primeira delas, contra a nomeação de um primeiro-ministro favorável aos interesses do imperialismo; a segunda, exigindo a realização de um plebiscito sobre a forma de governo (parlamentarismo ou presidencialismo) em 7 de outubro de 1962. As duas greves foram vitoriosas: o primeiro-ministro conservador não foi nomeado, e o plebiscito foi marcado para o dia 7 de janeiro de 1963.

A orientação cupulista para o sindicalismo deu resultados vistosos mas frágeis. Um balanço da influência do partido revisionista nas principais organizações de trabalhadores, oficiais e não oficiais, do período mostra que tinha forte influência na Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria

Passeata no centro de São Paulo em 68: a palavra-de ordem era “Abaixo a Ditadura”





As lutas democráticas aumentam e a anistia aos presos políticos é uma das principais exigências

Apesar das greves na década de 60, é frágil a organização sindical

tria, CNTI (cuja direção tomaram aos pelegos em 1962); influência moderada nas Confederações Nacionais dos Trabalhadores do Comércio, CNTC, (metade das federações filiadas eram pró-PCB) dos Trabalhadores em Transportes Marítimos, Fluviais e Aéreos (CNTTMFA) e dos Trabalhadores em Empresas de Crédito (CONTEC); um terço das Federações de Trabalhadores na Agricultura era pró-PCB, que tinha também forte influência na Federação dos Ferroviários. Nas organizações não oficiais, o PCB tinha forte influência no Comando Geral de Greve (que depois tornou-se o Comando Geral dos Trabalhadores), na Comissão Permanente das Organizações Sindicais, no Fórum Sindical de Debates e no Pacto de Unidade e Ação. Apenas duas organizações ficavam fora da influência do PCB, o Movimento Sindical Democrático e a União Sindical dos Trabalhadores (20).

O golpe militar de 64 não esbarra numa forte resistência operária

A força aparente do sindicalismo orientado, pelos revisionistas tinha, porém, pés de barro, pois esforço de organização dos trabalhadores nos locais de trabalho fora abandonado há muito tempo. Assim, quando os generais e as elites conservadoras da

sociedade brasileira se articularam e, com o apoio ativo do imperialismo norte-americano, violaram a legalidade constitucional e depuseram o presidente João Goulart, em 1º de abril de 1964, a reação dos trabalhadores — e das organizações sindicais que dirigiam sua luta — foi débil. Elas não chegaram sequer a conseguir mobilizar os trabalhadores na greve geral convocada para contrapor-se aos golpistas: apenas os ferroviários do Rio de Janeiro pararam.

1964 representou um golpe profundo no movimento sindical brasileiro, afastando dele não só suas lideranças mais combativas e representativas, mas destruindo também as organizações independentes que haviam se formado nos anos anteriores. Para os comunistas, o golpe de 1964 mostrou os erros do revisionismo, a falsidade do caminho pacífico adotada pelos revisionistas do PCB. As intervenções se disseminaram nas confederações e federações e nos sindicatos maiores e mais combativos; entre 1964 e 1979, por exemplo, ocorreram 1202 intervenções do governo em sindicatos (21).

O regime dos generais castrou o sindicalismo e deu força aos pelegos

A nova conjuntura forçou o movimento sindical a um recuo. As tentativas operárias mais importantes de contrapor-se à perseguição policial e ao arrocho salarial revelaram as limitações existentes e os dilemas em que o movimento operário se debatia. Em 1967, alguns líderes sindicais formaram organizações de combate ao arrocho salarial, como o Movimento Intersindical contra o Achatamento Salarial (MIA), de São Paulo, cuja atividade era limitada. “Sabendo que o ministro do Trabalho toleraria atividades no estilo do MIA apenas enquanto não desafiassem a autoridade do governo, procuraram conscientemente restringir a participação apenas aos trabalhadores que podiam controlar”, pois “não desejavam arriscar suas posições nos sindicatos, desafiando a ditadura”. Os militantes mais combativos do movimento operário, porém, não aceitavam manter-se nos limites impostos pela ditadura; dessa forma, o MIA escapou ao controle de seus articuladores e, rapidamente, suas atividades declinaram (23).

Os protestos, porém, continuaram, culminando nas duas últimas grandes greves ocorridas nos anos sessenta, as greves de Contagem (MG) e Osasco (SP) que

envolveram milhares de operários e foram esmagadas pela polícia. A repressão contra os operários cresceu então, particularmente depois da decretação do AI-5 em dezembro de 1968, que significou um aprofundamento do regime fascista imposto ao país pelos generais. A fragilidade do movimento sindical parecia que viera para ficar. “Durante a longa noite da ditadura, o movimento sindical viveu castrados, sem representatividade, na base, dominado pelo peleguismo mais servil e corrupto”, num quadro de sindicatos fracos e imobilistas (24).

O avanço das lutas democráticas e a retomada das greves

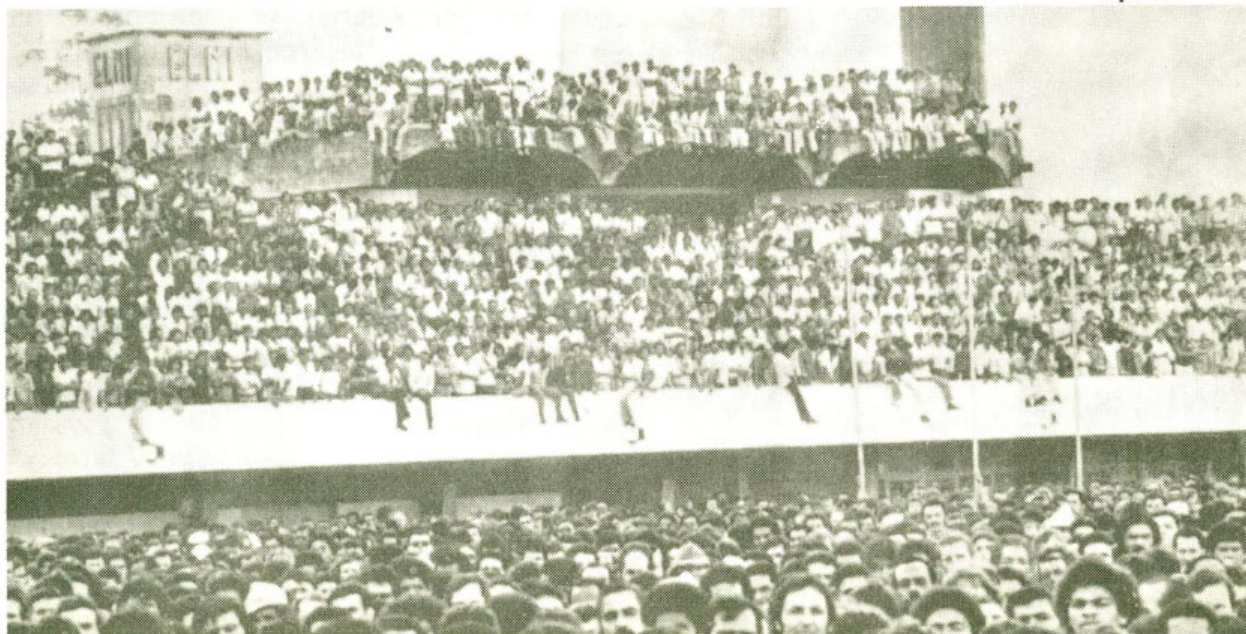
Essa época de recuo durou até 1977, quando o país voltou a mover-se, exigindo claramente o fim da ditadura, a anistia aos políticos perseguidos, o fim da alta do custo de vida, etc, num coro democrático, ao qual os trabalhadores juntaram-se com força em maio de 1978, quando eclodiu a primeira grande greve operária no ABC paulista, início de um movimento que logo se alastrou por outras cidades e Estados.

Os comunistas do PCdoB e os revisionistas do PCB reaperceberam-se na imensa maioria das vezes em campos opostos em relação aos rumos da luta sindical e política que se aprofundava. A greve do ABC de 1980, onde a disposição operária de lutar por seus objetivos infringiu uma derrota política à ditadura e abriu uma etapa nova na conjun-

tura política, reanimando e elevando a um novo patamar a luta pela democracia — a partir de então essa luta tinha em sua base uma massa operária independente e combativa, que apresentava-se com programa e objetivos próprios. A greve de 1980 foi um marco que revela, com clareza, a oposição visceral entre as orientações propostas ao movimento operário e sindical pelos comunistas do PCdoB e pelos revisionistas do PCB. Às vésperas da greve, militantes operários ligados ao PCdoB, publicaram um documento — “Elevar o nível das lutas operárias”, onde o reconhecimento de que “a classe operária e os trabalhadores em geral preparam-se para novas jornadas grevistas” levava a recomendações detalhadas para que essas lutas fossem bem sucedidas, demonstrando a disposição de apoiar decididamente a luta dos operários e apoiar o papel dirigente da vanguarda operária na luta sindical e política. Enfatizava também que “juntamente com as reivindicações econômicas, impõem-se formular igualmente reivindicações políticas, tais como: ‘Nem pressão, nem interferência do governo na greve’, ‘Fim da política salarial do governo’, ‘Liberdade e autonomia sindical’, ‘respeito aos direitos e à liberdade dos trabalhadores e do povo’” (25).

PCB taxa greve de 80 de “aventureirismo” e prega acordo com os militares

Assembléia dos metalúrgicos do ABC em 1980: a greve é um marco na história do movimento operário





A retomada das greves em todo o país coloca com força a questão da unificação

O partido revisionista, por sua vez, manteve-se no pântano da orientação reformista para o movimento operário. Um documento do Comitê Central do PCB analisou, na época, o movimento sindical e recomendou o reforço da unidade e a combinação das "lutas reivindicatórias dos trabalhadores com ações de outros setores e classes sociais prejudicadas pelo regime dominante". Isto é, recomendava aos operários abrir mão do papel dirigente e de vanguarda que a classe operária deve ter na luta política, em nome de vagos outros setores e classes sociais. Quando a greve teve início, a orientação reformista ficou cada vez mais evidente, e sua desmoralização mais profunda. Chamarão a greve de "aventureirismo golpista" e os dirigentes revisionistas chegaram mesmo a colaborar com o governo dos generais para pôr fim ao movimento (26).

A greve de 1980 foi um desses acontecimentos raros na história, em que os atores sociais são obrigados a definir com clareza seus objetivos e propostas. Nela estiveram presentes — para apoiar a luta dos operários, para desviar essa luta de seus objetivos de classe, ou mesmo para impedir seu desenvolvimento — as principais correntes que hoje atuam no movimento sindical brasileiro. Nela estão as raízes das principais centrais sindicais que hoje norteiam o movimento sindical brasileiro: a Central Única dos Trabalhadores, a Confederação Geral dos Trabalhadores e a Corrente Sindical Classista, fruto da atuação comunista que, desde aquele momento, procurava imprimir um rumo classista e revolucionário ao movimento sindical.

O movimento sindical ganhou impulso, e velhos pelegos foram yarridos de sindicatos que controlaram há décadas. Um exame de

oitenta eleições sindicais importantes ocorridas entre julho de 1980 e agosto de 1981 mostra que os pelegos estavam fora de 45 sindicatos, em 13 Estados brasileiros e no Distrito Federal. Mostra também que eles só conseguiram manter o controle de alguns grandes sindicatos — como o dos Metalúrgicos de São Paulo — devido à aliança com os revisionistas do PCB, que permitiu-lhes renovar sua "forma de atuação, aparecendo como líderes ativos e atuantes" (27).

Sindicalismo é marcado pela ofensiva para derrubar os pelegos

O movimento sindical nos anos 80 foi marcado, assim, pela luta contra os pelegos que, fortalecidos pela ditadura militar, encastelaram-se nos sindicatos; outra característica foi o esforço de construção de uma central sindical única para coordenar o movimento operário. As concepções divisionistas geradas no período militar não permitiram, porém, a realização dessa unidade. Em 1983, os sindicalistas ligados ao PT fundaram a Central Única dos Trabalhadores — a CUT; os comunistas ficaram fora dela. Orientados pelo importante documento, "Por um movimento operário combativo, unido e consciente", de 1981, marcaram sua atuação pela "combatividade e defesa da unidade dos trabalhadores" pelo combate ao economicismo, apoliticismo e "para vincular as lutas econômicas específicas às lutas políticas do povo brasileiro por transformações na sociedade" (28). Assim, participaram da fundação da Confederação Geral dos Trabalhadores, em 1986, embora combatendo o peleguismo renovado que nela se firmava e os reformistas de todos matizes que ali estava, alojados.

Surgimento da CSC dá grande impulso à concepção revolucionária

A presença comunista na CGT ficou inviável, porém, depois de 1988, quando a direita sindical — representada pelo "sindicalismo de resultados" de Luiz Antonio Medeiros e Rogério Magri — tomou de assalto a direção da entidade. A evolução para a formação de um movimento sindical independente e classista foi rápida; em abril de 1988, num encontro realizado em Campinas, com a presença de delegados de 220 entidades sindicais, foi ratificada a idéia de formação da Corrente Sindical Classista, surgida meses antes. O pri-

meiro Congresso da CSC, realizado em fevereiro de 1989 teve a presença de 2 mil delegados, representando 600 entidades sindicais. O aparecimento da CSC pode representar um novo e grande avanço da luta operária no Brasil, um avanço onde a atividade sindical se orienta claramente pelo objetivo de superar o sistema capitalista.

Às vésperas desse congresso, Sérgio Barroso - da coordenação nacional da CSC - definiu o objetivo da corrente: "buscar forjar um sindicalismo mais avançado, classista, unitário e de luta no país. Não existe perspectiva para o movimento operário e sindical no Brasil hoje se ele não abraçar politicamente as idéias avançadas que ajudem a luta geral do povo rumo à liquidação do sistema capitalista, e é esta a proposta da corrente" (29).

PCB reconhece fracasso e PCdoB constata o aumento de sua força

O caminho apontado pelos revisionistas levou-os entretanto, à uma situação oposta. Em 1987, no 8º Congresso do partido revisionista, o "Balanço do Trabalho de Direção" fez uma avaliação melancólica de sua atuação sindical: reconheceu a "débil inserção do PCB nos movimentos de massa, principalmente no movimento operário, no movimento sindical urbano e rural" (30).

Os comunistas, ao contrário, puderam fazer uma avaliação muito mais positiva, registrada no uniforme "A frente sindical e nossas tarefas", apresentado ao VII Congresso do PCdoB, realizado em maio de 1988. Em 1981 diz "contávamos apenas com um reduzido número de aguerridos dirigentes e ativistas sindicais. Nossa inserção nas empresas e nos sindicatos era débil." Sete anos depois o quadro era muito diferente. "Somos uma força combativa e respeitada no movimento sindical, onde jogamos um papel saliente. Temos presença significativa, seja a nível das bases, seja a nível das direções, em vários sindicatos do país. Em certos estados, participamos ativamente da vida sindical, noutros influímos com destaque, e em alguns somos força dirigente do movimento" (31).

A história da atuação dos comunistas no Brasil está prestes a completar sete décadas e, desde a fundação do Partido, em 1922, os

comunistas se caracterizaram por defender intransigentemente a unicidade sindical e a união das lutas específicas, de natureza econômica, com as lutas políticas para a transformação da sociedade brasileira. Hoje, quando a classe operária brasileira modernizou-se e cresceu a ponto de tornar-se, com os camponeses, a enorme maioria do povo trabalhador do país, a atuação sindical dos comunistas avança no sentido de enfatizar o papel dirigente dos operários na luta pelo fim do capitalismo, sob direção de sua vanguarda organizada e consciente.

Notas

1. Heloiza Helena T. Sousa Martins, *O Estado e a burocratização do sindicato no Brasil*, Hucitec, SP, 1979, p. 48.
2. Ronald Chilcote, *The Brazilian Communist Party, Conflict and Integration, 1922-1972*, Oxford University Press, NY, 1974, p. 149.
3. Jover Telles, *O Movimento Sindical no Brasil*, Editorial Vitória, RJ, 1962, p. 33/34.
4. Idem.
5. Michael Lowy, "Do Movimento Operário Independente ao Sindicalismo de Estado - 1930-1945", in *Introdução a uma História do Movimento Operário Brasileiro no Século XX*, Michael Lowy e outros, Editora Vega, BH, 1980, p. 48.
6. Partido Comunista do Brasil, *Cinquenta Anos de Luta*, Edições Maria da Fonte, Lisboa, 1975, p. 47/48.
7. Edgard Carone, *A República Liberal*, vol. I, Difel, SP, 1985, p. 282.
8. Edgard Carone, *O PCB (1943-1964)*, vol. II, Difel, SP, 1982, p. 10 ss.
9. Idem, p. 284.
10. Partido Comunista do Brasil, idem.
11. Ramiro Lucchesi, "A CTB, Única Central Sindical dos Trabalhadores Brasileiros", in Carone, *O PCB*, idem, p. 281/283.
12. José Álvaro Moisés, *Greve de Massa e Crise Política (estudo da greve dos 300 mil em São Paulo, 1953/54)*, Editora Polis, SP, 1978, p. 132 e 137.
13. *Jornal Movimento*, 9 de abril de 1979.
14. Carone, *O PCB*, idem, p. 123 e ss.
15. Partido Comunista do Brasil, "União dos Brasileiros para Livrar o País da Crise, da Ditadura e da Ameaça Neocolonizadora", junho de 1966, in Daniel Aarão Reis Fº e Jair Ferreira de Sá, *Imagens da Revolução*, Editora Marco Zero, RJ, 1985.
16. *Jornal Movimento*, 9 de abril de 1979.
17. Carone, *O PCB*, p. 181.
18. *Jornal Voz da Unidade*, 15 de julho de 1988.
19. Jover Telles, idem, p. 259 e ss.
20. Chilcote, idem, p. 154.
21. Maria Helena Moreira Alves, *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*, Editora Vozes, Petrópolis, 1984, p. 244.
22. Kenneth Paul Erickson, *Sindicalismo no Processo Político no Brasil*, Brasiliense, SP, 1979, p. 224.
23. Altamiro Borges, "Nova Etapa na Luta pela Unidade", in *Tribuna da Luta Operária*, 17 de fevereiro de 1986.
24. Centro de Cultura Operária, "Elevar o nível das lutas operárias", no caderno *Lições da Luta Operária*, nº 1, SP, 1980.
25. Documento transcrito (trecho) em José Antonio Segatto e outros, *PCB - Memória Fotográfica, 1922-1982*, Editora Brasiliense, SP, 1982, p. 160; *jornal Voz da Unidade*, 15 de maio de 1980; revista *Veja*, 7 de maio de 1980; *jornal Movimento*, 26 de maio de 1980.
26. José Carlos Ruy, "Autênticos versus Pelegos", in *jornal Movimento*, 24 de agosto de 1981.
27. Ronald Freitas, "A frente sindical e nossas tarefas", in Partido Comunista do Brasil, *A Política Revolucionária do PCdoB*, Editora Anita Garibaldi, SP, 1989, p. 148.
28. Entrevista ao *jornal A Classe Operária*, 23 de fevereiro de 1988.
29. *Jornal Voz da Unidade*, 24 de julho de 1987.
30. Ronald Freitas, idem, p. 147.

Ação dos comunistas enfatiza o papel da luta pelo fim do capitalismo

Qual a melhor forma de organização sindical dos assalariados rurais?

Vladimir I. Lenin

O artigo de Vladimir Ilitch Lenin, o grande dirigente da revolução socialista de 17, enfrenta uma questão bastante atual e polêmica: como deve ser a organização sindical dos assalariados rurais? A coluna "Teoria" apresenta o texto abaixo com o único propósito de instigar esse importante debate, levando em conta que o sindicalismo rural brasileiro deverá passar em breve por um período de intensas discussões.

Nos próximos meses ocorrerão três massivos encontros de trabalhadores do campo. Em abril será realizado o congresso do Movimento dos Sem-Terras. No final do mesmo mês, a CUT promove o congresso do seu Departamento Nacional do Campo. E em julho ocorrerá o congresso da Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura).

O tema estará em pauta nesses eventos. Daí a publicação desse artigo teórico, que serve não para pôr um ponto final na discussão, mas sim para estimulá-la ainda mais.

Na Conferência de Sindicatos de Toda a Rússia, reunida atualmente em Petrogrado, uma questão de extraordinária importância deve ser colocada: a fundação do sindicato de **operários agrícolas** de toda a Rússia.

Todas as classes da Rússia organizam-se. Parece esquecida a classe dos operários agrícolas assalariados da Rússia, a mais explorada de todas, a que vive mais pobremente, a mais fracionada e oprimida. Em algumas regiões periféricas não russas, no território da Letônia por exemplo, existem organizações dos operários agrícolas assalariados. Mas na imensa maioria das províncias russas e ucranianas não há organizações de classe do proletariado agrícola

O destacamento avançado dos proletários da Rússia - os sindicatos de operários industriais - tem um dever, grandioso e inevitável: ajudar seus irmãos, os operários agrícolas. É evidente - e a experiência de todos os países o confirma - que a organização dos operários agrícolas apresenta enormes dificuldades.

Portanto, é necessário aproveitar, com a maior rapidez e energia, a liberdade política existente na Rússia e fundar sem demora o sindicato de operários agrícolas de toda a Rússia. E isto pode e deve ser feito pela Conferência dos Sindicatos. Precisamente os representantes mais capazes, mais desenvolvidos e mais conscientes do proletariado, reunidos agora na Conferência, são aqueles que podem e devem fazer um apelo aos operários agrícolas, exortá-los a se incorporar a eles, a formar nas fileiras dos proletários que estão se organizando independentemente, nas fileiras dos sindicatos. São os operários assalariados das fábricas que devem tomar a iniciativa e aproveitar as células, grupos e seções dos sindicatos espalhados por toda a Rússia, a fim de despertar o operário agrícola e incorporá-lo à

"Por uma organização de classe independente do proletariado do campo"

vida independente, à participação ativa na luta para melhorar sua situação, à defesa dos interesses de classe.

Parecerá a muitos, sem dúvida - e esta será, quem sabe, a opinião dominante no momento atual -, que é inoportuna a constituição de um sindicato de operários agrícolas precisamente agora, quando o campesinato se organiza em toda Rússia, proclamando a abolição da propriedade privada sobre a terra e o usufruto "igualitário" desta.

Ao contrário. Precisamente num momento assim, a criação do sindicato de operários agrícolas é extremamente oportuna e inadiável. Aqueles que mantêm o ponto de vista de classe, proletário, não podem pôr em dúvida a justeza da tese aprovada em 1906 pelos mencheviques, por iniciativa dos bolcheviques, no Congresso de Estocolmo do Partido Operário Social-Democrata da Rússia, e que desde então figura no programa do Partido.

Diz a tese:

"O Partido coloca como tarefa, em todos os casos e **qualquer** que seja o estado das transformações agrárias democráticas, caminhar **invariavelmente** para a organização **classista independente do proletariado agrícola**, explicar-lhe a contraposição inconciliável de seus interesses dos da burguesia rural, preveni-los contra as ilusões do sistema da pequena economia, que existindo a produção mercantil nunca está em condições de acabar com a miséria das massas, e, por último, acentuar a necessidade da revolução socialista completa como único meio para abolir toda miséria e toda exploração".

Não há um único operário consciente, um único membro dos sindicatos, que não reconheça a justeza dessa tese. Aplicá-la no que se refere à **organização de classe independente de proletariado agrícola** é tarefa dos sindicatos.

Temos a esperança de que exatamente na época revolucionária, quando entre as massas trabalhadoras em geral, e entre os operários em particular, está vivo a afã de revelar-se de abrir caminho, de impedir que se organize a vida em novas bases sem que os próprios operários resolvam por si mesmos os problemas do trabalho, precisamos num momento assim, os sindicatos não se encerrarem em seus estreitos interesses profissionais, não esquecerão os seus irmãos mais fracos, os operários agrícolas, e irão em sua ajuda, decididamente, fundando o sindicato de operários agrícolas da Rússia.

Em outro artigo tentaremos assinalar algumas medidas práticas neste sentido.

No artigo anterior examinamos a importância de princípio do sindicato de operários



agrícolas da Rússia. Abordaremos agora alguns aspectos práticos desta questão.

Deveriam pertencer ao sindicato de operários agrícolas da Rússia todos aqueles que se dedicam primordialmente ou principalmente, **ou pelo menos em parte**, ao trabalho assalariado nas empresas agrícolas.

A experiência demonstrará se é necessário subdividir essas organizações em sindicatos de operários agrícolas puros e em sindicatos de operários que só em parte são assalariados. Em todo caso, isso não é essencial. O essencial consiste em que os interesses fundamentais de classe de todos os que vendem sua força de trabalho são idênticos e em que é absolutamente necessária a união de todos os que obtêm do trabalho assalariado "para pessoas estranhas" mesmo que seja apenas uma parte dos meios de existência.

Os operários assalariados das cidades, das fábricas e das empresas estão unidos aos operários assalariados do campo por milhares e milhões de vínculos. O apelo dos primeiros aos segundos não pode passar despercebido. Mas a questão não deve ser restringida a um apelo. Os operários das cidades têm muito mais experiência, conhecimentos, meios e forças. É necessário **consagrar diretamente uma parte dessas forças para ajudar os operários agrícolas a se porem de pé.**

**"A própria experiência
ajudará a encontrar
o caminho certo"**

É preciso indicar uma data na qual todos os operários organizados entreguem um dia de salário para impulsionar e fortalecer toda a obra de unificação dos operários assa-

Greve dos canavieiros de Guariba (SP) em 84: impasse sobre a melhor forma de organização do assalariado rural

lariados da cidade e do campo. De uma determinada parte dessa quantia deve ser inteiramente aplicada como ajuda dos operários urbanos à união de classe dos operários agrícolas. Desse fundo deve sair a quantia destinada à cobertura das despesas que se originem da publicação de uma série volantes escritos na linguagem mais popular e de um jornal - pelo menos semanal. inicialmente, - para os operários agrícolas, bem como o envio de agitadores e organizadores para o campo, nem que seja em pequeno número, a fim de **fundar imediatamente**, em diversas localidades, os sindicatos de operários agrícolas assalariados.

Só a própria experiência de semelhantes sindicatos ajudará a encontrar a caminho certo para se continuar desenvolvendo o trabalho. A primeira tarefa de cada um desses sindicatos deve consistir em melhorar a situação daqueles que vendem sua força de trabalho às empresas agrícolas, conquistar salários mais elevados, melhorar os locais de trabalho, a alimentação, etc.

“O primeiro preceito de todo sindicalismo é não confiar no Estado burguês”

É preciso declarar a mais implacável guerra ao preconceito de que a futura abolição da propriedade agrária privada pode “dar terra” a todos os trabalhadores braçais e jornaleiros e solapar pela raiz o trabalho assalariado na agricultura. Isso é um preconceito, um preconceito nocivo, extremamente nocivo. A abolição da propriedade privada da terra é uma transformação enorme, inegavelmente progressista, que corresponde indiscutivelmente aos interesses do desenvolvimento econômico e aos interesses do proletariado; é uma transformação que cada operário assalariado apoiará com toda a alma e com todas as forças, mas que não eliminará em nada o trabalho assalariado.

Não se pode comer a terra. A terra não pode ser explorada sem animais, instrumentos e sementes, sem reservas de víveres, sem dinheiro. Confiar nas “promessas” de quem quer que seja, de que nos povoados “ajudarão” os operários assalariados a adquirirem animais, instrumentos, etc, seria o pior dos equívocos, uma imperdoável ingenuidade.

O princípio fundamental, o primeiro preceito de todo movimento sindical, consiste

no seguinte: não confiar no “Estado”, confiar unicamente **na força de sua classe**. O Estado é a organização da classe dominante.

Não confieis nas promessas, confiai unicamente na força da união e da consciência de vossa classe!

Por isso, o sindicato de operários agrícolas deve colocar como tarefa, desde o primeiro momento, não apenas a luta por melhorar a situação dos operários em geral, e sim, em particular, **a defesa de seus interesses como classe** na grande transformação agrária que nos espera.

“A mão-de-obra deve ser posta à disposição dos comitês das comarcas”, dizem frequentemente os camponeses e os esserristas. O ponto de vista de classe dos operários agrícolas assalariados é precisamente o inverso: os comitês comerciais devem ficar à disposição dessa “mão”! Semelhante contradição explica claramente a atitude do proprietário e a do operário assalariado.

“A terra para todo o povo”, isto é justo. Mas **o povo está dividido em classes**. Todo operário conhece, vê, sente e experimenta sobre si mesmo esta verdade, que a burguesia, premeditadamente, trata de apagar e que a **pequena burguesia esquece a todo momento**.

Ninguém ajudará os pobres se eles permanecerem isolados. Nenhum “Estado” ajudará o operário assalariado do campo, trabalhador braçal, o jornaleiro, o camponês pobre, o semiproletário, **se ele próprio não se ajudar**. O primeiro passo para isso é a organização de classe independente do proletariado agrícola.

Desejamos à Conferência de Sindicatos de Toda a Rússia que empreenda esse trabalho com a maior energia, que lance seu apelo a toda a Rússia, que estenda sua mão de ajuda, a vigorosa mão da vanguarda organizada do proletariado aos proletários do campo.



Balanço e plano de ação

Em reunião realizada em janeiro passado, a diretoria do Centro de Estudos Sindicais fez um balanço de suas atividades em 89 e iniciou o planejamento de sua ação para 90. Por consenso, constatou-se que o saldo do ano foi positivo. Em todos os terrenos - estrutura interna, publicações, cursos e divulgações —, o CES avançou em relação aos anos anteriores. Publicamos abaixo uma síntese das atividades desenvolvidas em 1989.

Estrutura interna

Finalmente o CES regularizou sua situação jurídica. A entidade está devidamente registrada em cartório. Em fevereiro foi eleita sua nova diretoria e conselho consultivo e aprovado seus novos estatutos. O CES também firmou convênio com o Banco do Brasil para cobrança automática das mensalidades dos sindicatos filiados. No aspecto financeiro, o CES não possui qualquer dívida. A sede agora conta com um secretário contratado, que trabalha em meio expediente.

Publicações

*Reedição do Caderno do CES nº 1 - "A Nova Constituição e as Mudanças no Sindicalismo Brasileiro", com uma tiragem de 3 mil exemplares. Esse trabalho, elaborado em outubro de 88, teve boa aceitação — sendo impressos 9 mil exemplares no total.

*Edição do Caderno do CES nº 2 - "Uma proposta de estatuto sindical democrático", 3 mil exemplares de tiragem.

*Edição de dois números da revista **Debate Sindical** - cada um 4 mil exemplares de tiragem. O CES ainda não conseguiu garantir a periodicidade trimestral da publicação, mas avançou em relação a 88 - quando não saiu nenhum número da revista. Houve também um aumento das assinaturas da **Debate Sindical**.

*Edição de materiais de divulgação do "Curso Básico de Sindicalismo" e da proposta inicial de filiação ao CES.

Cursos de formação

Melhor do que em 88, no ano passado o CES promoveu 21 cursos de formação sindical, que contaram com a participação de 850 diretores e ativistas sindicais de vários Estados. O CES também se fez presente em 13 seminários e palestras, divulgando suas idéias para cerca de 660 sindicalistas e pessoas interessadas. Vale ressaltar que o CES foi convidado pela Comissão de Legislação do Trabalho da Câmara Federal para expor suas propostas sobre a nova estrutura sindical.

Divulgação

Em função destas e outras iniciativas, o CES reforçou sua imagem no movimento sindical brasileiro. Atualmente a entidade possui um cadastro com cerca de 2 mil nomes de sindicatos e sindicalistas que já participaram de alguma de

nossas atividades. O CES também virou notícia em jornais, TVs e rádios de vários Estados - principalmente devido aos cursos patrocinados. Durante o I Congresso da Corrente Sindical Classista, em fevereiro de 89, a entidade teve um rico momento na divulgação de seu nome e seus objetivos.

PROGRAMAÇÃO PARA 90

Apesar dos avanços registrados, o CES ainda padece de inúmeras debilidades. Seria incorreto considerá-lo um instituto consolidado. A falta de recursos financeiros é o que mais prejudica o desenvolvimento de sua ação. Esta e outras debilidades dificultam que o CES multiplique suas iniciativas, cumprindo a contento seu principal objetivo: "contribuir para o fortalecimento do sindicalismo classista no país".

A diretoria do CES, na reunião de janeiro, também elaborou seu programa inicial de trabalho para 1990. O objetivo é manter nossa política de investir prioritariamente em duas frentes de ação: cursos de formação e a revista **Debate Sindical**. Além disso, pontuamos algumas outras iniciativas necessárias.

*Filiação ao CES

Desencadear a partir de março próximo uma forte campanha de filiação de entidades sindicais ao CES. A meta é atingir 100 sócios até final de abril. Para alcançar esse intento, que é fundamental para a sustentação do CES, serão confeccionados folhetos explicativos, faixas e outros materiais de divulgação.

*Publicações

— Edição de pelo menos três números da revista **Debate Sindical**.

— Edição de mais dois Cadernos do CES. Entre os temas possíveis, destacamos: história das correntes sindicais no Brasil; o novo governo e as tarefas do sindicalismo; planejamento sindical.

— Publicação de uma sinopse mensal, a partir de abril, para as entidades filiadas. A sinopse conterá informações e análises publicadas em vários órgãos sobre o sindicalismo.

*Formação sindical

— Organização de um curso nacional para formação de novos monitores do CES. O objetivo é ampliar o número de cursos em todo o país.

— Elaboração de um novo curso do CES — possivelmente sobre a questão do planejamento e administração sindical.

— Promoção de debates e palestras sobre temas de interesses para o sindicalismo. Dois já estão pautados: o novo governo e as tarefas do movimento sindical; e as consequências da "perestroika" para os trabalhadores.

Intercâmbio com o Dieese

"Vimos através desta agradecer o envio do sexto número da revista **Debate Sindical**. Acreditamos que a publicação será de grande importância para o movimento sindical. O Dieese publica mensalmente o "Boletim do Dieese", que traz informações econômicas e sociais de interesse da classe trabalhadora. Gostaríamos, assim, de propor um intercâmbio com este Centro de Estudos Sindicais, através da permuta de nossas publicações". (**Roberto Guerra Cavalcanti, secretário-geral do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócios-Econômicos**)

Educação Sindical

"Estaremos realizando nos dias 2,3 e 4 de fevereiro de 90, no Centro de Treinamento de Miramar, na cidade de João Pessoa, o Encontro Nacional de Educação Sindical do Movimento Sindical Urbanitário. Considerando que a Instituição que o companheiro dirige tem dado importante contribuição para o trabalho de educação sindical em nosso país, formulamos ao companheiro um convite para participar do nosso encontro, que temos certeza irá enriquecer os debates". (**Edvaldo Gomes de Souza, secretário de educação da Federação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas**).

Seriedade dos artigos

"Sirvo-me do presente para manter o primeiro contato com o CES. Chegou em nossas mãos uma publicação da referida instituição. Dada a enorme profundidade e seriedade dos artigos nela contida, despertou-nos também uma enorme vontade de aprofundarmos o contato com esse Centro". (**Paulo Pires, presidente da Associação dos Docentes da Escola Técnica Federal de Ouro Preto, MG**)

Contatos do Cedi

Em anexo estamos enviando o número 247 de "Tempo e Presença", cuja edição contou com a participação especial da equipe do Programa Memória e Acompanhamento do Movimento Operário. Outro sim, gostaríamos de agradecer as publicações que de vocês temos recebido e, também, aprofundar nossas relações de intercâmbio de publicações". (**Ruy de G.L. Barros, coordenador do PMO do Centro Ecumênico de Documentação e Informação**)

Assinatura da Contag

"Em atenção ao expediente do Centro de Estudos Sindicais, estamos anexando ao presente o cheque em favor do CES, referente a assinatura da revista **Debate Sindical**". (**Aloísio Carneiro, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, Contag**)

Números atrasados

"Gostaria de receber informações sobre a assinatura da revista **Debate Sindical** e a aquisição dos números atrasados, bem como informações detalhadas sobre outras publicações e atividades desse Centro de Estudos Sindicais, para discussão em reunião de diretoria do nosso sindicato". (**Magda L. F. Oliveira, secretária de administração, org e informática do Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimento de Ensino de Maringá, PR**).

Escola de formação

"O Sindicato dos Sociólogos do Estado do Rio Grande do Norte está em fase de elaboração de um ante-projeto referente a criação de uma escola sindical. Gostaríamos de melhores informações para podermos fazer a nossa filiação ao CES e para podermos participar de seus eventos". (**Josenira Fraga de Holanda Brasil, vice-presidente do Sinsoern**)

ASSINE DEBATE SINDICAL

Faça hoje mesmo a sua assinatura da revista Debate Sindical. Ela custa apenas NCz\$ 400,00 e você recebe em sua casa ou na sede do seu sindicato uma publicação especializada no estudo das questões sindicais. Uma revista de análise polêmica e intercâmbio de experiências. A assinatura dá direito de você receber quatro edições da Debate Sindical.

Nome: _____

Endereço: _____

Bairro: _____ Cidade: _____ Estado: _____

Telefone: _____ CEP: _____

Sindicato a que pertence: _____ Cargo: _____

Data da assinatura: _____

Preencha os dados acima e envie o cupom, acompanhado de cheque nominal (valor de NCZ\$ 400,00), para o Centro de Estudos Sindicais (CES). Rua Major Quedinho, 300, sala 15, Bela Vista - São Paulo, SP. CEP 01050

Um livro indispensável para os sindicalistas

O livro "Márx e os Sindicatos", de autoria de D. Losovsky, pode ser encarado como uma obra de cabeceira por todos os sindicalistas que desejam contribuir com sua ação na luta pela emancipação dos trabalhadores. Ele apresenta os principais aspectos da concepção marxista de sindicalismo, abordando temas decisivos e polêmicos.

Publicado pela Editora Anita Garibaldi, o livro está a venda no CES. Faça o seu pedido de cotas e envie cheque nominal ao Centro de Estudos Sindicais.

Na compra de mais de 50 exemplares, o CES fará um desconto especial de 20%. Entre em contato conosco. Não deixe de adquirir essa obra fundamental!



FIQUE SÓCIO DO CES

O Centro de Estudos Sindicais nasceu em abril de 1985. Seu principal objetivo: contribuir para o avanço do sindicalismo brasileiro. O CES não tem fins lucrativos, é sustentado pelas entidades sindicais filiadas e conta com a colaboração voluntária de sindicalistas e estudiosos do tema

Entre as atividades promovidas pela CES destacam-se:

- * Edição da revista Debate Sindical - uma publicação de análise, polêmica e intercâmbio de experiências.
- * Promoção de cursos de formação, abordando temas como a história do sindicalismo, concepções sindicais, organização dos assalariados nos locais de trabalho, etc.
 - * Realização de estudos sobre questões atuais do sindicalismo, tais como estrutura sindical, estatutos, comissões de fábrica, legislação trabalhista, etc.
- * Publicação de cadernos com análises e propostas para o conjunto do movimento sindical.

Entre em contato com o CES. Faça hoje mesmo a sua filiação. Ajude a manter uma entidade voltada para o fortalecimento do sindicalismo classista em nosso país.